ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

Início da sessão: 21,15 horas

Términos da sessão: 01,20 horas

Membros que compareceram à sessão:

José Manuel Dias Custódio

Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio

José Miguel Anastácio Ferreira (substituiu Ana Maria Teodoro Jorge)

Joaquim Manuel Nunes Barbosa

António Alberto de Carvalho Santos

Teresa Maria Farto Faria de Sousa

José António da Costa Tomé

José Celestino Arnaut Monroy

Carlos Manuel Santos (substitui Júlia Maria Fernandes Alfaiate)

Joaquim Simões dos Santos

João José Dias Ferreira

Mário Ferreira Gonçalves

Duarte Nuno de Sousa Parente e Fonseca da Conceição

Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa

Jorge Augusto Farto Faria de Sousa

Luis António Marteleira Marques

Ana Catarina Bernardo Amaro Caxaria

José Manuel Levy da Silva Soeiro

Alexandre Manuel de Jesus Maurício

Maria Filomena de Jesus Miranda Frade

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:

União de Freguesias Lourinhã e Atalaia:
Pedro Manuel Marques Margarido

União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:
Edgar Ferreira dos Santos

União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:
Zita Maria Leitão da Silva

Moita dos Ferreiros:
Maria do Rosário Prazeres Silva Bento

Reguengo Grande:
Vítor Jorge Henriques Príncipe

Ribamar:
Pedro Alexandre Rato

Santa Bárbara:
Sérgio Dionísio Costa Ferreira

Vimeiro:
Rui Miguel Martins Santos

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

----------**ABERTURA DA ACTA** ----------

------ Aos 29 dias do mês de julho do ano de 2014, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município de Lourinhã, pelas 21,15 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Lourinhã, em sessão extraordinária, anunciada a todos os membros da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal: José Manuel Dias Custódio, Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio, José Miguel Anastácio Ferreira (substituiu Ana Maria Teodoro Jorge), Joaquim Manuel Nunes Barbosa, António Alberto de Carvalho Santos, Teresa Maria Farto Faria de Sousa, José António da Costa Tomé, José Celestino Arnaut Monroy, Carlos Manuel Santos (substitui Júlia Maria Fernandes Alfaiate), Joaquim Simões dos Santos, João José Dias Ferreira, Mário Ferreira Gonçalves, Duarte Nuno de Sousa Parente e Fonseca da Conceição, Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa, Jorge Augusto Farto Faria de Sousa, Luis António Marteleira Marques, Ana Catarina Bernardo Amaro Caxaria, José Manuel Levy da Silva Soeiro, Alexandre Manuel de Jesus Maurício e Maria Filomena de Jesus Miranda Frade.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:

União de Freguesias Lourinhã e Atalaia: Pedro Manuel Marques Margarido; **União de Freguesias de Miragaia e Marteleira**: Edgar Ferreira dos Santos; **União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:** Zita Maria Leitão da Silva; **Moita dos Ferreiros**: Maria do Rosário Prazeres Silva Bento; **Reguengo Grande**: Vítor Jorge Henriques Príncipe; **Ribamar**: Pedro Alexandre Rato; **Santa Bárbara:** Sérgio Dionísio Costa Ferreira e **Vimeiro:** Rui Miguel Martins Santos.

Pela Câmara Municipal da Lourinhã estiveram presentes: Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, e os Srs. Vereadores Hernâni Santos, Fernando Oliveira, Carla Custódio e Vanda Oliveira.

Verificada a existência de quórum, foi aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e quinze minutos.

Constituição da Mesa da Assembleia: Presidente: José Manuel Dias Custódio; 1º Secretário: António Alberto de Carvalho Santos e 2º Secretário: Luis António Marteleira Marques (em substituição da membro Júlia Maria Fernandes Alfaiate, com a anuência da Assembleia Municipal).

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO DO PÚBLICO

Zeferino Nascimento – Peste grisalha – Olho vivo lourinhanenses… e portugueses idosos: Referiu que hoje, nesta assembleia, não irá tratar de assuntos deste concelho e muitos há. Fica para setembro. Hoje interessa aqui referir e denunciar. Portanto, há um artigo de opinião no Jornal i de 10.01.2013, cujo teor nunca foi desmentido, e nem nunca foi dito que se tinha arrependido, mais concretamente, Carlos Peixoto escreveu que Portugal tinha sido contaminado pela peste grisalha, em referência ao aumento da população idosa. Foi referido pelo agora cabeça de lista da coligação Portugal à Frente, que junta o PSD e o CDS: o envelhecimento da população portuguesa provocará a ocupação do nosso País, por parte dos imigrantes que tenderão a substituir a população dos autóctones, o que, na sua opinião, é assustador e desafia a nacionalidade portuguesa. O futuro deputado do PSD entende também que o envelhecimento dos portugueses e o incremento do seu índice de dependência, para além de provocarem um aumento penoso dos encargos sociais com reformas, pensões e assistência médica, colocam em causa a sobrevivência de Portugal enquanto país soberano. Carlos Peixoto, advogado, líder da distrital da Guarda, foi escolhido diretamente por Passos Coelho para liderar a coligação Portugal à Frente, no círculo da Guarda. Está indignado, a Constituição proíbe isto, só que ninguém põe travão a isto. Deve dizer que Hitler no *Mein Kampf* na sua teoria antissemita não foi tão claro ou foi pelo menos igual em relação aos judeus. Deve dizer que esta escolha ofende todos os idosos, a peste grisalha, como foram assim rotulados. Ofende e por isso não pode estar aqui sem estar profundamente indignado. Passos Coelho quando escolhe uma pessoa destas não faz mais do que prosseguir com aquilo que fez de 2011 a 2015, isto é, retirar os rendimentos aos reformados e aos pensionistas com mais de 1000 euros. Mas este senhor vai mais longe, se pudesse, qual Heinrich Himmler, chefe das SS, abriria para aí algum campo de concentração e daria cabo dos idosos. Isto é uma vergonha! Como se pode permitir uma coisa destas no Portugal de abril. Agradecia que tivessem respeito pelo povo, parece que não têm. Os idosos já sabem que não têm. O chefe da coligação diz que não fazem conta de cortarem nas pensões em pagamento. Era bom que pudessem acreditar, pois quando diz uma coisa, vai fazer outra. Agradecia aos membros democráticos, desta assembleia, que tomassem boa nota disto. Que respigassem o Jornal i de 10.01.2013 e depois, no contacto com os munícipes, designadamente com os munícipes idosos, esclarecessem claramente o que é que espera aos idosos se por acaso esta gente for eleita. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se ao munícipe Zeferino Nascimento, referiu que os assuntos a serem tratados nesta assembleia são de interesse

concelhio. Não cortou a palavra porque o munícipe estava demasiado concentrado no que estava a dizer, mas fica avisado que não podem estar aqui a falar sobre política global, mas sim sobre política local.

Mafalda Taborda Lourenço – Carta Educativa:

Referiu que costuma vir a estas assembleias com regularidade, mas não costuma intervir porque acha que, efetivamente, este período é para o povo se exprimir. Mas hoje irá quebrar essa exceção. Tem que falar porque o assunto que está hoje em discussão e votação é demasiado importante. Faz parte do Conselho Municipal de Educação, na qualidade de Conselheira, e apercebeu-se que a Declaração de Voto que apresentou no Conselho Municipal de Educação, aquando da aprovação do parecer (enviado para a reunião de Câmara e aqui para os membros da Assembleia Municipal) não acompanhou o respetivo parecer. Pensa que a Câmara deve conhecer o Código do Procedimento Administrativo. Se não conhece, indica o artigo 35.º, n.º 2 do referido código. Portanto, o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Educação não pode ser remetido a nenhuma entidade sem estar acompanhado de todas as declarações de voto. Verifica esta situação com muita pena, não sabe se foi distração ou se incompetência ou desconsideração à pessoa que subscreveu a Declaração de Voto. Mas, de facto, o parecer desacompanhado das declarações de voto produzidas é ilegal. Nesse sentido, gostaria que a Câmara tivesse isso em consideração e suprisse esse lapso, que detetou, já que foi ela (Mafalda Taborda Lourenço) que subscreveu a referida Declaração de Voto, enquanto membro do Conselho Municipal de Educação e representante de pais do agrupamento D. Lourenço Vicente. As razões de discórdia da Carta Educativa são muitas e constam, efetivamente, dessa declaração de voto e é uma pena que não acompanhe o parecer. Assim sendo, nos poucos minutos que lhe restam, irá fazer uma súmula daquilo que são as razões e os fundamentos que a levaram votar vencida. A Carta Educativa possui 211 páginas, tecnicamente não é uma especialista, mas vai dar só um exemplo relativamente à solução que é preconizada para a questão e a problemática das turmas agregadas. Perguntaram diversas vezes se já tinha sido feita a simulação de quantos alunos de 5 anos de 1º, 2º, 3º e 4º ano haveriam inscritos nessa escola, para tentar perceber se será possível, no próximo ano ou daqui a 2 anos, haver turmas exclusivas em número suficiente, e que o Ministério da Educação autorizasse essas turmas. Mas, aparentemente, esse exercício não foi feito. Também, gostaria de referenciar que a representante das juntas de freguesia, pese embora ter aprovado o parecer, demostrou desagrado pela solução preconizada para São Bartolomeu dos Galegos e Moledo. Gostaria de perceber porquê. Por

outro lado, não concordam que sejam financiados mais 1.500.000,00 € numa JI/EB contígua aos terrenos da nova escola de Miragaia. Não interessa se os terrenos já foram expropriados, se foram expropriados foram mal expropriados, porque a Carta Educativa não estava revista e não havia o diagnóstico estratégico feito. Da visita que fizeram à nova escola percebe-se perfeitamente que aquela escola tem espaço para acolher uma EB e um jardim-de-infância, porque, infelizmente, salas de aulas vazias não vão faltar. Esses são alguns dos pormenores, não irá maçar mais, nem tem tempo para isso, mas, efetivamente, são algumas das razões que invocou, pelo que, reitera, a sua declaração de voto deveria estar anexa ao parecer da carta educativa.

Fernanda Lopes – Cemitério de Santa Bárbara; - uso indevido das instalações da Junta de Freguesia de Santa Bárbara.

Referiu que a sua intervenção ir-se-á desdobrar em dois assuntos, o primeiro é uma insistência que já tem vindo a fazer junto do Executivo e que, pelos visto, tem caído em saco roto. Com toda a bondade e toda a consideração que tem pelo Sr. Presidente da Câmara, desde o ano passado que interpela o Executivo para saber mais sobre o processo do alargamento do cemitério de Santa Bárbara, mas não tem obtido respostas. Já falou sobre esta matéria em reuniões abertas da câmara, já falou em várias sessões desta assembleia, na última sessão de abril, inclusive, se não lhe falha a memória, o Sr. Presidente da Câmara veiculou-se (pelo menos assim lhe pareceu) que lhe seria dada uma resposta por escrito e a verdade é que essa resposta, até ao dia de hoje, não chegou. Continua a achar que o processo foi tudo menos claro, embora saiba que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Bárbara tem uma opinião, que respeita, totalmente diversa. Não acha que tenha sido clara a escolha daquele terreno. Não percebe, assim como uma série de munícipes, a escolha daquele terreno, quando existe outro que reúne condições tão boas ou melhores do que o terreno em causa. Portanto, continua a não perceber o porquê do alargamento do cemitério de Santa Bárbara especificamente para aquele terreno. Não sabe se a ideia já foi abandonada ou não, se ainda permanece, quais são os critérios. Nessa medida, continua pacientemente à espera de uma resposta por escrito. Chama a atenção que, por diversas vezes, autarcas de todos os partidos aqui representados apelam sistematicamente ao público para que venha às assembleias e que intervenha. Volta a frisar, o público deve, de facto, vir às assembleias, deve fazer uso da palavra quando considerar necessário e apresentar assuntos de interesse concelhio. Mas, também quando as suas preocupações e as suas questões (ainda que não respondidas no decurso da assembleia porque o tempo é escasso e existem muitos assuntos

a tratar) não são respondidas considera que existe falta de respeito para os cidadãos, e ainda por cima, de forma sistemática, acerca de um assunto que tem interesse para o município. Portanto, mais uma vez, com toda a paciência, reitera o seu pedido de informação sobre o assunto do alargamento do cemitério de Santa Bárbara. É uma matéria de interesse concelhio, não se venha dizer que é meramente de interesse freguês. A sua segunda questão é também uma indignação, não é uma indignação tão grande como a do munícipe Zeferino Nascimento, mas não deixa de ser uma situação caricata. Portanto, teve conhecimento que ocorreu uma reunião partidária na sede da Junta de Freguesia de Santa Bárbara. Não tem nada contra as reuniões partidárias, durante muitos anos militou num partido, não tem nada contra isso. O que acha é que não se deve utilizar edifícios públicos para reuniões partidárias. Existem outros edifícios, como por exemplo, o Auditório do Centro Cultural, que qualquer partido pode requisitar. Pensa não estar enganada e não estar a dizer nenhuma alarvidade. Qualquer partido pode requisitar o respetivo espaço para fazer as suas reuniões, os seus encontros, os seus colóquios, que são todos bem-vindos em democracia. Agora, não lhe parece correto requisitar um edifício público, uma sede de uma junta de freguesia, que ficou aberta, para além do expediente, para acolher determinado partido. Não interessa qual é o partido, mas é um partido político. Acha que isso não é saudável para a democracia. Politizar é uma coisa, partidarizar é outra coisa. A partir do momento que se mistura partidos políticos em sedes de junta de freguesia começa-se a desvirtuar completamente o sistema. Portanto, é saudável aproximar as pessoas da política, mas categorizarem partidos e utilizar edifícios de junta de freguesia, da câmara municipal e coisas do género, sem o conhecimento público (teve conhecimento só depois), pensa que não é correto. Pensa que não deverá acontecer com nenhum partido, não é especificamente o partido em questão, que por acaso é o PSD. Pensa que esta situação não se deve repetir. Portanto, deixa aqui em súmula o seu repto para que lhe deem a informação que solicitou há bastantes meses e para que não se repitam situações destas (uso de edifícios públicos por partidos políticos), pois, na sua opinião, não são benéficas para a democracia concelhia.

O Sr. **Presidente da Assembleia** questionou se o Presidente da Câmara irá diligenciar a entrega, por escrito, das informações solicitadas, tendo o Presidente da Câmara respondido afirmativamente.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

"CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no n.º 1, no artigo 28.º, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao abrigo da alínea b), do nº 2 do art.º 8º do Regimento do Regimento, convoco a Assembleia Municipal para uma sessão extraordinária, a realizar no próximo ***dia 29 de julho de 2015 (quarta-feira)****, pelas* ***21.00 horas*** *no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Praça José Máximo da Costa, da Vila da Lourinhã, com a Intervenção do Público, seguido da apreciação da Ordem de Trabalhos.*

Lourinhã, 20 de julho de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Manuel Dias Custódio)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA LOURINHÃ, A REALIZAR NO DIA 29 DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, PELAS 21,00 HORAS, NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, COM A RESPETIVA:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO I *–* ***Proposta 34 –*** *Discussão e votação da proposta relativa à "* ***Carta Educativa do Concelho da Lourinhã****", nos termos da proposta em anexo;*

PONTO II *–* ***Proposta 35 –*** *Discussão e votação da proposta relativa ao "****Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes*** *", nos termos da proposta em anexo;*

PONTO III *–* ***Proposta 36 –*** *Discussão e votação da proposta relativa à "****Assunção do compromisso plurianual relativo à partilha de poupanças liquida entre o Município da Lourinhã e o FEE – "OESTELed IP",*** *nos termos da proposta em anexo;*

Lourinhã, 23 de julho de 2015.----------

O Presidente da Assembleia Municipal ----------

(José Manuel Dias Custódio) "----------

PONTO I – Proposta 34 – Discussão e votação da proposta relativa à **" CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA LOURINHÃ",** que em baixo se transcreve:

"ASSUNTO*: CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA LOURINHÃ*

Considerando o exposto no art.º 10 do Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, onde se prevê que: "a Carta Educativa, é a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos

recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município".

Considerando que a Carta Educativa em vigor foi submetida a discussão, e aprovada pela Câmara Municipal a 17 de janeiro de 2007, Assembleia Municipal a 9 de fevereiro de 2007 e homologada pela Ministra da Educação, a 29 de maio de 2007.

Considerando que os normativos legais do Ministério da Educação para a elaboração da Carta Educativa apontam para a necessidade da sua revisão: " as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.";

Considerando a deliberação favorável da Câmara datada de 11 de novembro de 2014 na assunção de compromisso no âmbito do processo de revisão da Carta educativa em vigor;

Considerando que as fases de execução do processo de revisão foram concluídas em junho de 2015;

Considerando que no passado dia 13 de julho reuniu o Conselho Municipal de Educação, tendo sido dado parecer favorável, que junto se anexa à presente proposta.

PROPONHO

*Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, por maioria[1)], em sua reunião Ordinária de **22/07/2015**, que esse Órgão Deliberativo delibere aprovar a Carta Educativa da Lourinhã (que junto se anexa à presente proposta), nos termos do nº1 do art.º 19 do Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de janeiro, com as devidas alterações.*

Lourinhã, 23 de julho de 2015.

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

1) Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira votaram contra, tendo apresentado Declaração de Voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO:

"PONTO 3 – DATADA 15/07/2015 - CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL

Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Antunes e Vanda Oliveira, eleitos pela Coligação Mais Lourinhã – PPD/PSD,CDS-PP, apresentam a declaração de voto com base nos seguintes fundamentos:

Considerando que a Carta Educativa deve ser um documento estratégico para o desenvolvimento educativo, constituindo o pilar do futuro do concelho;

Considerando que o documento apresentado reflete uma total incoerência entre os problemas identificados e as estratégias apontadas para os ultrapassar;
Considerando que situações que carecem de solução urgente são remetidas novamente, para monitorização;
Considerando que o documento reflete uma dificuldade latente em definir uma política educativa que traga qualidade e sustentabilidade à educação no concelho;
Considerando que o documento deixa entre aberto a possibilidade de junção dos dois agrupamentos existentes no concelho, pois não vincula claramente a continuidade dos atuais dois agrupamentos, modelo que entendemos ser determinante para garantir o necessário equilíbrio na oferta educativa no concelho da Lourinhã;
Considerando que os recursos humanos e materiais de que o concelho dispõe nos permitem ser muito mais ambiciosos;
E porque acreditamos que as crianças e os jovens deste concelho merecem muito mais e muito melhor do que aquilo que esta carta educativa lhes oferece, os Vereadores eleitos pela Coligação Mais Lourinhã – PPD/PSD,CDS-PP, votam contra a proposta apresentada.
Lourinhã 22 de Julho de 2015
Hernâni Santos António Augusto Antunes Vanda Oliveira"

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

" ANÁLISE E PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SOBRE O PROJECTO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA LOURINHÃ, ELABORADO PELA EMPRESA CISED – CONSULTORES

Preâmbulo

A educação tem sido, é e pensamos que será sempre a base para o desenvolvimento das nações, consequentemente alicerçada nas suas vertentes regionais e locais. Revela-se assim da maior importância, prestar especial atenção ao modo como os municípios organizam as linhas mestras da educação no seu território.
O Artigo 3.º do DL n.º 7/2003, de 15 de Janeiro enuncia como objectivo que, o conselho municipal de educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo. Define nas suas competências (Artigo 4.º, alínea b) que: - o acompanhamento do processo de

elaboração e de actualização da carta educativa deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do concelho, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal.

O articulado da lei define o conceito de carta educativa (artigo 10.º) e os seus objectivos (artigo 11.º), os quais, claramente se devem interligar com o Plano Estratégico da Lourinhã. Foi com este enquadramento jurídico (também citado no documento final, no seu ponto 1.1.1.2) que se procedeu à revisão da Carta Educativa anterior (2007).

Para que este trabalho pudesse reflectir a opinião de todos os membros do Conselho Municipal de Educação (CME), foi solicitado aos mesmos que enviassem o seu ponto de vista sobre a Carta Educativa apresentada, procurando assim os consensos necessários para uma tomada de posição comum.

A população residente no concelho cresceu de 23.265 habitantes em 2001 para 25.735 em 2011, contrariando assim o decréscimo verificado no país. No entanto a população escolar entre 2004 e 2015, teve um decréscimo acentuado no 1.º, 2.º e 3.º ciclo, pré-escolar e secundário, o que não impediu que algumas escolas ficassem com a sua capacidade esgotada e/ou com as suas instalações de tal modo degradadas (como é o caso da Escola Dr. João das Regras), cuja recuperação seria sempre mais onerosa do que realizar obra nova.

Foi este contexto, previsto na Carta Educativa de 2007, onde se encarava "a possibilidade de construir uma Escola Básica Integrada (EBI, eventualmente com Jardim de Infância) em Miragaia, onde se conseguiria o descongestionamento da sede do concelho, deslocalizando uma oferta que possa dar resposta adequada à procura de ensino de 2º e 3º ciclos sem esgotamento de capacidade da rede futura e evitando os estrangulamentos de capacidade projectados para a rede actual; · Obstar aos problemas de manutenção das instalações da EB2,3 D. João das Regras cuja vida útil esperada já se encontra esgotada e que tenderão a agravar-se no futuro; · Contribuir para o reordenamento da rede de 1º ciclo no Território Educativo da Atalaia e Interior, com maior concentração (e requalificação) da oferta nesta EBI" que se chegou à construção da nova escola de Miragaia, agora uma realidade, prestes a ser concluída.

Deste facto resultou, obrigatoriamente, a necessidade de proceder ao reordenamento da rede escolar e também alguma previsível inquietação que habitualmente surge em qualquer mudança desta natureza, em alunos, famílias, funcionários e docentes. Foi largamente debatida a questão da manutenção da estrutura dos agrupamentos, apenas com pequenos

ajustes nos territórios (casos de Atalaia e Sobral), ou a criação de um "Mega agrupamento" no qual se concentrariam todas as escolas do concelho.

Este tema foi abordado com debates animados em várias sessões do Conselho Municipal de Educação (CME), e na problemática 2 (Junção ou manutenção dos dois agrupamentos), sendo o seu resultado inconclusivo. No entanto, as direcções dos agrupamentos estão convictas que deste modo (manutenção da estrutura dos dois agrupamentos) reduzirão o impacto negativo nos postos de trabalho do pessoal docente e não docente.

Ainda que a Carta Educativa seja uma ferramenta de planeamento e não de gestão, impõe-se que o executivo municipal, conjuntamente com as direcções dos agrupamentos e respectivos Conselhos Gerais, venham a formular propostas de mobilidade docente e não docente a apresentar ao Ministério da Educação (DGEstE), a fim de minimizar a eventual perda de postos de trabalho que deste processo possam vir a resultar, pese embora todos os constrangimentos de carácter legislativo que possam existir.

Este documento deverá ainda ser confrontado com a Carta Educativa de 2007, analisando projecções, propostas e realizações/execuções, construindo assim uma maior coerência nas propostas apresentadas.

A EMPRESA CISED – CONSULTORES fez a apresentação do seu trabalho dividida em três fases, permitindo desta forma análises mais coerentes e participação efectiva dos conselheiros do CME, e também dos munícipes, nas sessões abertas e em debates nalgumas localidades, os quais ajudaram a corrigir dados e a reformular questões.

Cabe agora ao CME formular um parecer sobre as várias propostas apresentadas as quais a seguir se enunciam e comentam.

1 - CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO CONCELHO DA LOURINHÃ

PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS E CENÁRIOS PROSPETIVOS DA POPULAÇÃO ESCOLAR

Caracterização geral e tendências recentes mais significativas

Toda a caracterização do sistema educativo no concelho, as projecções demográficas e os cenários prospectivos estão alicerçados nas fontes referidas, isto é, nos inquéritos realizados aos diferentes estabelecimentos de educação e de ensino, nos dados da Direcção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC), da Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação (DGEstE) e do Instituto Nacional de Estatística (INE). As realidades expressam-se em números e a fiabilidade das fontes deverá estar acima de qualquer suspeita.

2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES NO CONCELHO

Parece-nos que foi realizado um trabalho exaustivo nesta matéria, permitindo conhecer a realidade com maior precisão e contribuir desde logo, para um eficaz planeamento futuro.

3 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO E RECOMENDAÇÕES

Problemáticas identificadas e recomendações

Parece-nos importante fazer as devidas observações em cada problemática e deste modo tentar acrescentar algo, manifestando a nossa discordância ou concordância.

Problemática 1: Ocupação da nova Escola Básica de Miragaia (EB23)

A solução proposta face ao contexto atual parece-nos adequada e como se sabe, sempre que se alteram "rotinas" surgem dificuldades, por isso deverá ser bem explicado (publicitado) e programado o calendário da transição, fazendo-se um esforço de comunicação acrescido, para articular colaborações e evitar mal entendidos e eventuais reacções extemporâneas dos alunos e famílias, de funcionários e docentes.

Problemática 2: Junção ou manutenção dos dois agrupamentos

A manutenção dos dois agrupamentos, com os ajustes territoriais já referidos, parece-nos a melhor solução e aquela que reúne maior consenso; Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Lourinhã e Atalaia, Direcções dos agrupamentos e Associações de Pais dos dois agrupamentos. Acresce aqui também o facto de esta solução ser segundo as projecções das direcções dos agrupamentos a que mais evitará uma eventual perda de postos de trabalho.

Problemática 3: Delimitação dos territórios educativos

Nesta problemática temos a interligação com a anterior, a qual se justifica no plano da coesão do território educativo e de proximidade. Permitirá ainda reduções nos tempos de duração do transporte escolar e nos seus custos.

Problemática 4: Reordenamento da Rede Escolar - Existência de turmas agregadas no 1º ciclo

e

Problemática 5: Estabelecimentos onde se perspectivam frequências próximas ou inferiores às mínimas preconizadas pelo Ministério da Educação

A diminuição do número de alunos em cada escola do 1º ciclo dá origem a um maior número de turmas agregadas (turmas com mais de um ano de escolaridade) pelo que só uma maior concentração de alunos poderá atenuar este processo. Deste modo manifestamos a nossa concordância com as propostas sugeridas. Urge no entanto dialogar com as famílias tornando

evidente para estas os benefícios de diversa ordem que resultam dessa mesma concentração, garantindo-lhes também as respostas adequadas por parte das diferentes entidades.

Problemática 6: Insuficiências, patologias e outros problemas do parque escolar actual

A diminuição de custos com arrendamento de instalações e o incremento de recursos/património próprio e o aproveitamento dos recursos existentes é sempre muito importante.

Problemática 7: Carências do parque escolar actual

As soluções de melhoria propostas para a beneficiação do atual parque escolar consistem em intervenções de curto prazo, pelo que as mesmas merecem a nossa concordância.

Outras problemáticas

Destacamos a importância do alargamento do apoio à família nas EB1, a melhoria de acessos para tomada e largada de passageiros na EBI de Ribamar, a oferta de saídas profissionais interligadas com o Plano Estratégico da Lourinhã, bem como a melhoria da rede de transportes dedicada com redução dos tempos de viagem. Destacamos ainda os processos de intenção para reactivação da antiga Escola Agrícola Rio Grande pela importância estratégica que pode desempenhar.

ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO E RECOMENDAÇÕES

Este diagnóstico e respectivas recomendações estão organizadas em quatro eixos estratégicos:

Eixo 1 - Medidas gestionárias e de organização;

Eixo 2 - Reordenamento da rede escolar;

Eixo 3 - Melhoria e requalificação de equipamentos e instalações escolares;

Eixo 4 - Medidas complementares e de elevação das ofertas educativa

Eixo 1 - Medidas gestionárias e de organização

Acção 1 – Delimitação dos territórios educativos (decorrente da problemática 3)

Será da maior importância assegurar a continuidade dos docentes nos diferentes estabelecimentos procurando medidas administrativas que possam assegurar a transição dos docentes e assistentes operacionais e administrativos.

Eixo 2 - Reordenamento da rede escolar

Acção 2 – Concentração das EB1 de Praia da Areia Branca, Zambujeira e Seixal nas instalações do EB1/JI do Seixal e concentração dos JI da Praia da Areia Branca e do Seixal nas instalações da EB1 / JI da Praia da Areia Branca (decorrente da problemática 4)

Analisamos estas acções em conjunto devido à sua interligação. Parece-nos importante as soluções propostas pelas razões já anteriormente enunciadas na análise efectuada às problemáticas 3 e 4.

Acção 3 – Concentração das EB1 de Moledo e de S. Bartolomeu dos Galegos nas instalações da EB1 / JI de S. Bartolomeu dos Galegos e concentração dos JI de Moledo e de S. Bartolomeu dos Galegos nas instalações da EB1 de Moledo (decorrente da problemática 4)

Parece-nos da maior importância a solução expressa no documento apresentado, nas tarefas de 1 a 5, e reforçada com o ponto de vista expresso nas problemáticas 3 e 4.

Acção 4 – Passagem de alunos da EB1 do Casal Novo para a EBI de Ribamar ou o EB1/JI da Lourinhã (decorrente da problemática 5)

Concordamos com as tarefas 1, 2 e 3 apresentadas e concordando igualmente que só a monitorização poderá ditar a melhor solução.

Acção 5 – Passagem de alunos da EB1 do Sobral para a EB1 de Miragaia (decorrente da problemática 5 e ainda problemática 6)

Concordamos com as tarefas 1, 2 e 3 apresentadas.

Acção 6 – Passagem de alunos da EB1 de Miragaia para a EB23 em Miragaia (decorrente da problemática 6)

Concordamos com as tarefas 1, 2 e 3 apresentadas, o que vai permitir a poupança de recursos financeiros significativos.

Acção 7 – Passagem das crianças do JI de Ribeira de Palheiros para o JI de Miragaia

Concordamos com as tarefas 1 e 2 apresentadas.

Acção 8 – Passagem de alunos do JI de Miragaia para a EBI / JI de Miragaia (decorrente da problemática 6 – pressupõe a execução da acção 7)

Estas são acções implícitas e dependentes da monitorização.

Eixo 3 - Melhoria e requalificação de equipamentos e instalações escolares

Acção 9 – Entrada em funcionamento das instalações da EB23 em Miragaia e reabilitação das instalações da EB23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira (decorrente da problemática 1)

Manifestamos a nossa concordância com estas acções, no entanto pensamos que seriaimportante para todos iniciarem o ano lectivo já com o processo de transição concluído.

Acção 10 – Ampliação das instalações da EB1 do Vimeiro para acolher o JI do Vimeiro

A construção do novo JI do Vimeiro (com 2 salas de actividades, sala polivalente e refeitório) em terreno contíguo às instalações da EB1 do Vimeiro e remodelação das instalações da EB1

já era prevista na carta educativa de 2007 com prioridade elevada e finalização anunciada para 2009. Mais vale tarde que nunca e pensamos ser adequada e urgente a solução proposta a qual para além de melhorar instalações permite poupança de recursos com a resolução do arrendamento existente.

Acção 11 – Reabilitação de um edifício existente confinante com o recinto escolar das atuais instalações da EB2.3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, em pavilhão polidesportivo

Esta é uma resolução esperada há muitos anos. Impõe-se maior rapidez processual e de execução de obra sobretudo atendendo às consequências negativas que a inexistência deste equipamento tem trazido para o desenvolvimento dos alunos.

Acção 12 – Ampliação da EB1 da Marquiteira

Acção 13 – Outras obras de construção ou ampliação

Acção 14 – Obras de reabilitação ou reparação em JI

Na apreciação em conjunto das acções 12, 13 e 14 concordamos com a necessidade da realização das obras previstas, excepto em relação ao JI de Ribeira de Palheiros, devido à mudança prevista na acção 7.

Acção 15 – Obras de reabilitação ou reparação em EB1

Concordamos com a necessidade da realização das obras previstas, e impõe-se acrescentar que na EB1 da Marteleira também é necessário alterar o piso na escadaria do edifício e no hall de entrada, devido às suas características escorregadias quando molhado. Também não serão necessárias obras na EB1 de Sobral pelas razões apontadas na acção 5.

Acção 16 – Reabilitação das instalações da antiga Escola Agrícola

Uma aposta estratégica em saídas profissionais na área da agricultura, que se impõe, visando o seu funcionamento e o desenvolvimento da agricultura no concelho.

Acção 17 – Melhoria das instalações/equipamento desportivo da EB23 de Miragaia

Sendo inconcebível que se esteja a construir uma nova escola sem um pavilhão gimnodesportivo negando assim aos alunos desta escola a igualdade de tratamento no acesso à disciplina de Educação Física e negando-lhes também a necessária regularidade à prática de atividade física, esta proposta será sempre uma solução para remediar o problema criado. É no entanto necessário analisar em conjunto com os professores do Departamento de Educação Física e do Desporto Escolar, quais as intervenções a realizar. Estas são intervenções que classificamos como muito urgentes e que deverão ter lugar o mais rápido possível.

Acção 18 – Melhoria das condições de acesso, paragem e estacionamento na proximidade da EB23 de Ribamar

A segurança em primeiro lugar, em completo acordo.

Acção 19 – Providenciar um transporte escolar totalmente dedicado para a EB23 em Miragaia

Com uma rede de transportes dedicada, articulando os mesmos com os horários/atividades escolares, há a oportunidade de se dar uma melhor resposta às necessidades dos alunos e das famílias, procurando também contemplar aspetos de segurança dos utentes.

Acção 20 – Suprir a carências em equipamentos e soluções informáticas, nomeadamente no 1º ciclo do ensino básico

É da maior importância que os alunos do 1.º ciclo tenham igualdade de oportunidades, pois têm sido aqueles que habitualmente têm maiores dificuldades no acesso a equipamentos informáticos, seria também importante prever a instalação de quadros interactivos nas diferentes escolas, em todas as salas, ainda que faseado.

Acção 21 - Desenvolvimento do Plano Estratégico Educativo Municipal e adaptação das ofertas profissionalizantes e de formação ao longo da vida

O Plano Estratégico da Lourinhã, nos diversos pontos de vista anunciados, revela-se consensual em apontar a AGRICULTURA, a ECONOMIA DO MAR, o LAZER/ TURISMO, os SERVIÇOS ÀS PESSOAS E ÀS EMPRESAS, e ainda algumas INDUSTRIAS (rações, alfaias, e outras) como os horizontes (possíveis e desejáveis) do desenvolvimento da Lourinhã.

"Desde a instalação de novas unidades do sector agro-alimentar, a especialização produtiva da Lourinhã – hortícolas, frutícolas, agricultura biológica, aguardente DOC –, com potencialidades de exportação e de mercado na AML (Área Metropolitana de Lisboa), às actividades ligadas à Pesca que representam um dos principais sectores de receitas e de emprego do Concelho. A Economia do mar, agora emergente, pode perspectivar novas actividades nesse domínio: energia eólica e das ondas, desportos náuticos e outras, e ainda os serviços que podem ter um significativo impulso através da qualificação e reforço das actividades de lazer ligadas à praia, à segunda residência, natureza e ruralidade, e também, através da valorização do património jurássico, de forma realista" (PEL).

Ainda de acordo com o PEL, p.51, "O principal desafio é a qualificação dos recursos humanos que deverá basear-se na capacidade de promover uma política de ensino e de formação profissional articulada, mobilizadora e sedutora para as novas gerações, garantindo o contributo decisivo dos novos profissionais para o desenvolvimento e competitividade do Concelho. Ancorado numa boa taxa de escolaridade pré-escolar (compromisso politico assumido nos últimos anos e que gerará frutos) é necessário superar o problema da retenção e/ou abandono

escolar no ensino básico incrementar o sucesso escolar nos diversos níveis de escolaridade e estimular a aquisição crescente de competências de nível superior. Torna-se indispensável a identificação das carências de qualificação dos sectores produtivos (e referencias de competências chave) tendo em vista um adequado planeamento da oferta formativa. Esta deverá assentar numa cultura de parceria entre agentes locais (empresas, autarquias, escolas, movimentos cívicos, etc.), assegurando a pertinência e inovação dos conteúdos formativos e a monitorização dos respectivos impactos no desenvolvimento do território. Por outro lado, deverá igualmente ser dada particular atenção ao ensino profissional, estimulando sinergias com as Escolas Profissionais vizinhas e promovendo a realização de cursos profissionais capazes de atrair os jovens, designadamente com a introdução de componentes inovadoras e tecnológicas em domínios considerados tradicionais (agricultura, comércio, turismo, etc.). Este desígnio poderá também ter um impacto importante na constituição de um moderno sector de serviços, particularmente nas áreas da inovação, tecnologias, design e marketing, bem-estar e apoio à terceira idade."

Como se pode constatar numa leitura mais pormenorizada de todo o documento (PEL), muito do trabalho de visão estratégica de desenvolvimento está bem definido, trata-se agora de adequar as estruturas educativas do concelho às estratégias assumidas pelo município e representativas da vontade das populações.

Parece-nos também da maior importância estratégica criar fóruns de análise e debate sobre os modelos educacionais existentes e modelos alternativos.

A visão sobre a educação no concelho tem que estar acima de perspectivas demasiado sectoriais ou de interesses corporativos.

Acção 22 - Medidas de suporte à oferta educativa

As taxas de retenção/ insucesso escolar no concelho são superiores à média da região oeste e também à média nacional com excepção do ensino secundário, é por isso importante que se concerte uma estratégia para melhorar esta situação.

Concordamos com o alargamento do horário da componente de apoio à família em todas as EB1.

CONCLUSÕES

A Carta Educativa é uma ferramenta de planeamento estratégico que deverá prever com o rigor possível qual a evolução necessária e adequada das estruturas educativas no município, ligando-as ao planeamento global do concelho. Assim, após a análise exaustiva do documento agora apresentado podemos constatar que foram efectuadas as caracterizações necessárias à

compreensão dos aspectos educacionais no concelho da Lourinhã, permitindo deste modo diagnosticar os problemas existentes, bem como configurar as soluções que se justificam. Contudo torna-se necessário estipular uma maior objetivação do horizonte temporal em que as diversas propostas visadas neste documento devem ser concretizadas, bem como a definição dos momentos em que se deve proceder à revisão e/ou atualização da carta educativa.

Assim, propomos que a Carta Educativa da Lourinhã na sua versão final seja aprovada.

O Relator do Parecer sobre a Carta Educativa

Frederico M. Bruno O. de Almeida

Membro do Conselho Municipal de Educação

Presidente da Associação de Pais E.E. do Agrupamento de Escolas da Lourinhã

**escrito segundo as regras anteriores ao último acordo ortográfico*

Após uma explanação, por parte do Sr.º **Presidente da Câmara** e do Sr. Vereador **Fernando Oliveira**, sobre este assunto e também após uma apresentação (arquivada na minuta da presente ata), através de *Power Point*, feita pela empresa CISED (empresa que elaborou a Carta Educativa), o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

José Soeiro:

Referiu que para si a primeira questão é: para quem é esta Carta Educativa? Porque passaram por cima da fase 2, mas todos os documentos que teve oportunidade de analisar dizem-lhe que o número de matrículas tem vindo a baixar na totalidade, desde do pré-escolar até ao secundário. Entre 2013 e 2015 houve menos 255 matrículas na Lourinhã. A população dos 0 aos 14 anos é inferior à população com mais de 65 anos. A taxa de retenção, por outro lado, aumentou. A mobilidade a nível de transporte escolar é diminuta. O saldo natural do concelho é negativo. A taxa de fecundidade também apresenta valores negativos ou baixos. Então questiona: para quem e como? Porque a Carta Educativa não é um documento estático, é um documento que se integra num concelho com determinadas características, com determinadas especificidades e com determinado desenvolvimento, e tem como fundamental a população. Por outro lado, há aqui um dado que não é quantificado, mais concretamente, qual é a taxa de emigração que se verificou na Lourinhã nos últimos 5 anos. Sabe que a nível nacional emigraram mais de 400 mil pessoas. Quantas eram da Lourinhã? E como não se conseguiu apurar esse dado, ele (José Soeiro) a propósito do PDM foi verificar uma coisa

interessante, nomeadamente, que, entre 2005 e 2009, a remessa de emigrantes do Concelho subiu de 1.4 para 4.0. Portanto, para além da questão da população, têm a população de oferta curricular. E algo que seria extremamente importante (e é referido aqui na carta educativa, que como se sabe está encerrada há anos) seria a escola Profissional dedicada à área rural, tanto mais que o concelho da Lourinhã é predominantemente rural. Portanto, o que o preocupa não é tanto as propostas que são feitas. Tem grandes dúvidas em relação a algumas delas, designadamente porque se a oferta não for a melhor, há ofertas (tendo em conta os problemas de mobilidade) mais interessantes em Concelhos limítrofes, está a pensar, por exemplo, em Torres Vedras. O que lhe leva a pensar que esta Carta Educativa deve ser analisada como um todo, ligada ao Plano Estratégico e ao Plano de Desenvolvimento, com a ideia de que é fundamental fixar-se população. Porque, ou se tem população ou, por muitas cartas educativas que se fizerem, os números apontarão para perdas. Sobre a perspetiva que consta da Carta não vai falar pois não acredita em nada do que está aqui. Acredita nos dados ditos conservadores, mas nos outros não acredita, por motivos muito simples: têm neste momento um divida soberana de 130 % do PIB. E, se o PIB crescer 2%, quantos anos é que demorarão a pagar a dívida? E o que se tem feito em termos de desenvolvimento local para fixar as pessoas de modo a poderem viver? Têm o concelho com o 2º poder de compra mais baixo do distrito. Têm uma taxa de alfabetismo terrível para o seculo XXI. Portanto, devem ser ponderados os vários factos, agora o que pensa é: dado que irão ter infraestruturas interessantes, o que essas infraestruturas podem, de facto, oferecer à população do concelho, especialmente à população de idade escolar, de modo a que esta carta educativa possa, mais do que tudo, permitir que haja uma fixação posterior destes estudantes no concelho.

Ana Caxaria:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que: " É sempre bom saber que temos no concelho uma elevada taxa de educação pré-escolar, mas depois somos surpreendidos com as altas taxas de reprovação e com o elevado numero de desistências a nível de escolaridade obrigatória e, pior, ao nível de secundária que a taxa de frequência é inferior a 30% a comparar com a taxa media na região oeste.

Será que estes dados apontam para a necessidade de um ensino profissional e a importância de adquirir competências direcionadas á realidade do concelho?

Ao analisarmos as problemáticas vemos que afinal esses problemas foram criados pelas disposições das anteriores cartas educativas e decisões da Câmara Municipal da Lourinhã. Vejamos:

- Falta de estacionamento para a tomada e largada de alunos na EB1 de Ribamar. Questiono se não acontecerá o mesmo na escola de Miragaia.

- Providenciar um transporte escolar totalmente dedicado para a EB2,3 de Miragaia, custo este que será de 115,000€ por ano. Parece-nos que esta também foi a solução para a escola secundária da Lourinhã, mas que pouco resolveu, porque muitos alunos preferem deslocar-se por meios próprios.

- Rede viária deficiente, veja-se o caso da Escola Secundária em que há dias que uma via com dois sentidos, fica apenas numa via de um sentido devido ao estacionamento na faixa de rodagem.

- Planeia-se uma nova escola e não se contempla todas as necessidades. Será que o desporto escolar é uma necessidade recente?

- Instalações escolares que tem cozinhas totalmente equipadas mas que não dão uso ao equipamento e outras instalações com cozinhas a necessitarem de equipamento e não o têm.

-A carta educativa refere, e abro aspas, " Localização excêntrica da ES Dr. João M. C. Delgado" o que dirão da escola EB23 de Miragaia?

Por fim, queremos relembrar que por vezes as distâncias não podem ser medidas apenas em km mas também em tempo. Vejamos, uma criança do Reguengo Pequeno que está na escola de Miragaia, se for com o encarregado de educação percorrerá 7 km, cerca de 15 minutos, se for de transportes públicos, com a rede atual de transportes que passa pela Lourinhã, terá de percorrer 17 km e demorará pelo menos 30 minutos se não houver tempos de espera.

Sei que planeiam um transporte exclusivo. É importante que este transporte não seja unicamente um vai e vem de Miragaia – Lourinhã"

Presidente da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que:" Antes de votar a proposta relativa á "carta educativa do concelho da Lourinhã quero deixar uma reflexão sobre a mesma.

Sendo a carta educativa um instrumento de planeamento estratégico que prevê a evolução das estruturas educativas do concelho e reordenamento da rede escolar, em que houve um cuidado na análise quer ao nível retrospetivo quer ao nível prospetivo do sistema educativo e no que se refere à União de freguesias de S. Bartolomeu dos Galegos e Moledo, as orientações sugeridas por parte desta equipa de trabalho e segundo os mesmos, as tendências futuras vão no sentido de concentrar a escola EB1 S. Bartolomeu dos Galegos e a escola EB1 de Moledo nas instalações da EB1/JI de S. Bartolomeu dos Galegos, assim como concentrar o JI de Moledo e de S. Bartolomeu dos Galegos nas instalações da EB1 Moledo.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

- *Tendo a consciência do esforço que foi feito por parte das antigas juntas de freguesia, quer de S. Bartolomeu dos Galegos, quer da junta de freguesia de Moledo, na promoção de ofertas educativas, que em muito influenciaram os resultados bastante positivos alcançados pelos discentes;*
- *Tendo a consciência do reconhecimento dos Encarregados de Educação pela qualidade do serviço prestado, do qual destacamos essencialmente, a grande aproximação existente entre os diferentes elementos da comunidade escolar, que torna este tipo de estabelecimentos locais onde se estreita a ligação entre ESCOLA/ FAMILIA, fundamental para o sucesso escolar;*
- *Tendo a consciência da importância que têm tido as atividades de extracurriculares, e reconhecimento por parte dos encarregados de educação das crianças que as frequentam, nomeadamente os diferentes momentos de Férias Ativas;*
- *Tendo a consciência de que a proposta na Carta Educativa não deixará de trazer a qualquer uma das nossas escolas do 1º ciclo turmas constituídas por alunos de vários níveis;*
- *Tendo a consciência do impacto negativo e nefasto que teriam, no desenvolvimento de ambas as aldeias, a aplicação da proposta que se lê na Carta educativa, e para esta questão sugerimos uma leitura atenta do trabalho desenvolvido pelo Professor Doutor José Bravo Nico, docente da Universidade de Évora, que contraria a linha de pensamento desta carta educativa;*
- *Tendo a consciência de que nada nos garante que estas mesmas crianças com o reordenamento escolar se mantenham na freguesia, havendo a possibilidade de migrarem para freguesias limítrofes e desta forma potenciar o comprometimento e desenvolvimento local a medio e a longo prazo.*
- *Por ultimo e não menos importante, fazendo uma análise em paralelo com a temática da reabilitação urbana que ultimamente tanto se tem opinado, para a fixação de famílias em espaços devolutos, contrariamente a carta educativa vem a desfavorecer esta acessibilidade.*

Assim sendo, o executivo da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo não concorda com a proposta de junção das Escolas de 1º Ciclo na localidade de São Bartolomeu dos Galegos, e consequentemente a junção dos Jardins de Infância em Moledo."

Teresa Faria:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que: " Acompanhei de perto o trabalho desenvolvido pelo executivo municipal para a concretização do documento que nos cumpre hoje analisar. No que se refere ao processo que foi desenvolvido devo manifestar o meu agrado e apoio, pois houve um esforço no sentido de envolver os vários parceiros e a comunidade educativa.

Parece-nos que a análise sociológica da Lourinhã está correta, trazendo à nossa reflexão uma realidade difícil: a população idosa é superior à população das primeiras idades, este dado não difere do panorama a nível nacional, mas o nosso concelho está localizado no litoral e deveria ser apelativo para a fixação de populações que tragam crianças para as nossas escolas.

O atual documento é sucedâneo da carta educativa aprovada em 2007, apresentando um diagnóstico muito elaborado, mas que fica aquém nas respostas que esperávamos.

Como percecionamos a taxa de insucesso é grave, para além do 9º ano é muito preocupante, sobretudo no que se refere ao abandono escolar, pois atualmente estamos num cenário de escolaridade obrigatória de 12 anos ou 18 anos de idade.

Não podemos deixar de referir a taxa elevada, ronda os 30% de jovens que não frequentam a Escola Secundária da Lourinhã e que por este documento não sabemos se estão a frequentar a ESCO; a Escola Agrícola de Runa, o CENCAL, a FORPESCAS, ou qualquer outro organismo nos nossos concelhos limítrofes, ou seja não temos Ensino Profissional o que se reflete na ausência de respostas. Não deixamos de destacar a baixa taxa de escolarização do Ensino Secundário na Lourinhã, muito abaixo da zona Oeste e da média nacional (gráfico pag. 32). As taxas de retenção no 2º e 3º Ciclos são muito elevadas, registando-se uma subida no 2º Ciclo, encontrando-se os dois graus de ensino perto dos 25% (gráficos 22 e 23, pag. 40).

A taxa de abandono no 2º e 3º Ciclos não é muito significativa, nestes graus de ensino deveria ser estimulada e refletida com os Agrupamentos de Escolas a diferenciação de respostas educativas, através de cursos vocacionais ou percursos curriculares alternativos. Relativamente ao Ensino Secundário urge colmatar a necessidade urgente do Ensino Profissional, apesar das vertentes já existentes na Escola Secundária da Lourinhã (pag. 97), e que são frequentados, se as contas não lhe falharam, por 131 alunos. A taxa de retenção no Ensino Secundário é muito alta (no 12º ano, acrescida da taxa de abandono), existindo cursos EFA e CEF, o que não colmata esta taxa de insucesso e abandono tão preocupante.

Por tudo isto há que refletir sobre as áreas de formação citadas:

Na página 84 já têm elencadas que áreas de atividade empresarial com potencial de criação de emprego e formação (boas condições para o desenvolvimento de atividades de "nicho" – produções agrícolas / pesca / avicultura / aguardente, agricultura biológica; paleontologia; agroturismo; faixa litoral diversificada para a prática de atividades complementares à atividade turística e ao lazer). Portanto, tudo isto urge desenvolver. Assim como depois teremos a seguinte citação na página 185:

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

 Criação do PEL-Plano Estratégico da Lourinhã e implementação (com monitorização) dos projetos nele previsto, nomeadamente na vertente de elevação do perfil de qualificações dos seus recursos humanos e, em particular, dos projetos "Elaboração do Projeto Educativo Municipal", "Plano de Formação Profissional para a Atividade Económica" e "Parcerias com Escolas Profissionais Vizinhas". Isto está registado, urge que seja clarificado e implementado.
É referida a necessidade de pavilhão gimnodesportivo na EB de Miragaia e na atual EB 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira.
Para além destas questões (e só limitei a minha análise aos 2º, 3º ciclos e ensino secundário) quero chamar a atenção de todos para o seguinte (e isto não tem nada ver com a análise da Carta Educativa, é uma situação que acha que tem que ser retificada, não tem nada a ver com questões político-partidárias):
- Um sub-capítulo integra informações que deveriam ser retificadas, antes de finalizar este processo de revisão da carta educativa, a saber:
- Ensino Especial – nas escolas básicas e secundárias deve ser designado por Educação Especial. O Ensino Especial é para as CERCIS *e para as IPSS.*
- Alunos com NEE – a designação está incompleta, é alunos com NEECP – necessidades educativas especiais de caráter permanente, que se enquadram no estipulado pelo D.L. 3/2008 de 7 de janeiro;
Atualmente, o concelho da Lourinhã conta com 495 crianças / jovens que se enquadram no estatuto de "Aluno com Necessidades Educativas Especiais" (NEE) no ensino regular, dos quais 482 frequentam os estabelecimentos do ensino Básico e Secundário (34 em unidades de ensino estruturado ou de apoio especializado à educação, os restantes em turmas regulares), e 13 frequentam a educação pré-escolar (9 no público), distribuindo-se de acordo com a Tabela 30. (págs.116/117). Ora isto daria uma percentagem de 16,5 % relativamente ao universo de alunos. É completamente impossível. Isto porque os alunos nas UEEs/ AEDLV – são 10 alunos, na UEM são 2 e, depois, julga, existem 5 alunos do AEL. Portanto, não chega aos 34 alunos
Relativamente aos outros alunos o total não pode ser de 495 alunos, no máximo estes alunos correspondem a cerca de 200, número que integra os atrás citados que frequentam as Unidades. Aconselho vivamente esta retificação, pois os dados relativamente a estes alunos são monitorizados, pela DGEST, com rigor e depois será registada uma grave incongruência entre estes dados e os oficialmente registados pelos Agrupamentos de Escolas no corrente ano letivo. Portanto, com certeza que houve aqui alguma situação de confusão entre alunos

com planos educativos de recuperação, problemas pedagógicos, e alunos, de facto, ao abrigo da legislação de Educação Especial.

Por fim quero reiterar o que tem de ficar clarificado: a manutenção dos dois agrupamentos escolares, apesar de um não ter o Ensino Secundário incorporado,

O CNE recomenda então que "haja um inequívoco reforço da concentração das atividades de gestão pedagógica nas escolas, o mais perto possível dos alunos, aplicando um projeto educativo próprio, o que não está a ocorrer no processo de concentração de escolas/agrupamentos de escolas".

Esperamos que este compromisso continue a ser assumido pelo executivo camarário, porque só assim será proveitoso para uma melhor educação no concelho."

João Ferreira:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que depois de ter ouvido a intervenção do membro José Soeiro ficou deprimido. Ficou deprimido porque nasceu e fez a escolaridade obrigatória no concelho da Lourinhã e acha que o conhece razoavelmente bem. Sabe que o concelho tem alguns aspetos menos positivos, como todos os outros. É um concelho do Oeste que tem os mesmos problemas que a maior parte do concelhos da Região Oeste, nomeadamente em relação à população envelhecida. Sabem que a 3ª Idade é superior às primeiras idades. É uma pena, mas isso acontece em todo o país, no país vizinho e na Europa Ocidental. O concelho da Lourinhã é um concelho que tem, efetivamente, alguns problemas ao nível da educação. A Carta Educativa tenta ultrapassar esses problemas e melhorar a educação aqui no concelho. Em 2007 falou-se na Carta Educativa, houve uma Carta Educativa, referiu-se que se tentava descentralizar a educação. Não centralizar nos municípios ou que o município ficasse com alçada das escolas, mas sim dar mais autonomia às escolas. Era o que se dizia na altura. Este documento agora, é, presume, a mesma Carta Educativa, mas reformulada. Isto é, não é uma segunda Carta Educativa, embora o preâmbulo aqui da proposta refira Carta Educativa 2007. Foi aprovada em 2007, também em sede de Assembleia Municipal e ratificada em Conselho de Ministros. Parece-lhe que esta Carta Educativa tem algumas deficiências, nomeadamente ao nível do ensino profissionalizante, que não refere, como disse aqui a membro Teresa Faria. Haverá uma necessidade constante de monitorização de todos esses elementos. Parecia-lhe, quando começou a ver o documento, que era uma coisa alarmante, mas verifica que não, porque este documento, embora seja extremamente recente, já tem alguns elementos desatualizados e é um documento "vivo", que vai ter que ser necessariamente ajustado. E, portanto, a monitorização vai ter aqui um papel

bastante importante. Relativamente à intervenção da ilustre Presidente da Associação de Pais, Dr.ª Mafalda Taborda Lourenço, a mesma tem toda a razão. Mas mais importante do que a Declaração de Voto, seria que a ata da reunião desse órgão estivesse anexa. Sabem que a reunião do CME se pautou, sobretudo, pela ausência de uma série de elementos. Há elementos extremamente importantes que faltaram e quase que não havia quórum na respetiva reunião do aludido conselho. Portanto, mais importante que a referida Declaração de Voto, seria a anexação da ata para saberem o que lá se passou e, com certeza, que nessa ata estará referida a posição da Sr.ª Presidente da Associação de Pais, Dr.ª Mafalda Taborda Lourenço.

Joaquim Simões:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu: *" Foi-nos apresentado para apreciação e para ser votado nesta sessão da Assembleia Municipal um documento designado por Carta Educativa da Lourinhã que, como consta na sua introdução " constitui um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, sendo de direta relevância para o Ministério da Educação e os municípios envolvidos ". (pag. 16).*

O Diagnóstico estratégico e recomendações sustentam-se na análise SWOT cuja metodologia assenta na análise dos pontos ***fortes e fracos*** *endógenos à rede educativa existente (designada por análise interna) e nas* ***oportunidades*** *e* ***ameaças*** *que têm a ver com a envolvente da rede educativa (designada como análise externa).*

A minha intervenção vai ser direcionada para a problemática do 1º ciclo e, como não podia deixar de ser, centrei a minha atenção nas análises interna e externa apresentadas, das quais realço, resumidamente, o seguinte:

Análise interna (pag. 182 e 183)

Pontos fortes:

- Resumem-se, genericamente, à existência de um parque escolar disperso por todo o concelho que, se ***houvesse população escolar****, poderia permitir uma oferta de ensino de proximidade, a nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo sendo que, a nível do 2º, 3º ciclos e secundário, o parque escolar está longe de esgotar a sua capacidade. Quer isto dizer que há uma capacidade de oferta superior à procura.*

Pontos Fracos:

Do diagnóstico apresentado, no que se refere aos pontos fracos, realçamos com especial preocupação pela sua gravidade os pontos seguintes:

1º - A pequena dimensão das escolas do 1º ciclo com elevado número de turmas agregadas, ***prejudica****:*

- O processo de sociabilização das crianças;

- A melhoria das condições pedagógicas;

- A elevação da qualidade do ensino;

Essa circunstância provoca ainda:

- A marginalização;

- O Isolamento de alunos e professores.

2º - Taxa de retenção no Ensino Básico acima das médias nacionais e da região Oeste.

3º - Baixa taxa de escolarização no Ensino Básico, historicamente cerca de 10% abaixo das médias nacional e da região Oeste.

Análise externa (pag. 184 e 185)

Oportunidades:

Destacamos os seguintes pontos:

- Entrada em funcionamento na nova Escola Básica de Miragaia;

- ***Existência de núcleos urbanos com alguma concentração populacional que poderão agregar Escolas Básicas do 1º ciclo;***

- Algumas dinâmicas empresariais com potencialidade de gerar emprego;

- ***"Elaboração do Projeto Educativo Municipal".***

Ameaças:

Destacam-se os seguintes fatores:

- Taxa de analfabetismo acima da média nacional e do Oeste e baixas qualificações da população em idade ativa;

- Perda de alunos desde o 1º ciclo para os concelhos limítrofes;

- Reforça a tese de que a reduzida população em idade escolar não proporciona economia de escala e, em última análise, não potencia a elevação da qualidade do ensino;

- Aponta para a tendência da manutenção ou redução da frequência das escolas;

-Denuncia a existência de situações de exclusão social;

- Aumento da proporção de população residente que trabalha ou estuda noutro município;

- Tendência crescente de envelhecimento da população e de quebras de natalidade;

- ***Desequilíbrios sócio territoriais, com contrastes marcados, nomeadamente entre o litoral e as zonas mais rurais do interior do concelho.***

Pelo que atrás foi dito, estamos perante um cenário pouco ou nada animador. Nenhum de nós se deve sentir minimamente confortado com a realidade que nos foi apresentada.
Somos dos que acreditam que nem sempre uma ameaça é uma fatalidade. Se os objetivos estiverem bem definidos, as estratégias bem delineadas e se agirmos com rapidez e visão estratégica, podemos minorar os danos e transformarmos uma ameaça numa oportunidade.
Lamentavelmente, não é isso que este documento nos transmite. Estamos perante um documento com uma total incoerência interna que denuncia falta de visão estratégica. Assume e põe a nu uma das maiores fragilidades da nossa rede escolar, a saber: as escolas com reduzida frequência alunos, que obriga à constituição de turmas agregadas, prejudica os processos de sociabilização das crianças, a melhoria das condições pedagógicas e a elevação da qualidade do ensino e favorece a marginalização e o isolamento de alunos e professores.
Não podemos ignorar que, no ano letivo que há poucos dias terminou, funcionaram no nosso concelho ***56 turmas do 1º ciclo, das quais 36 eram agregadas e só 20 eram exclusivas.***
Perante isto, é legítimo concluir que a rede escolar existente tem dado um forte contributo para o insucesso escolar que todos lamentamos e que a todos deve preocupar, uma vez que a nossa taxa de insucesso é superior às médias nacional e da região Oeste.
Que soluções e estratégias nos são apresentadas?
Nesta matéria, na globalidade, tudo, ou quase tudo, vai manter-se na mesma. Ou melhor, é previsível que algumas situações venham a piorar, pois, a curto prazo, se não for já no próximo ano letivo, iremos ser confrontados com turmas que integrarão os quatro anos de escolaridade.
Para concluir direi que, das duas uma, ou o diagnóstico que foi apresentado é um equívoco e as propostas de solução apresentadas não merecem ser questionadas, ou, a ser realista, merecem o nosso desacordo. ***Não compreendemos que se continuem a oferecer aos nossos alunos contextos de aprendizagem que prejudiquem os seus processos de sociabilização, a melhoria das condições pedagógicas e a elevação da qualidade do ensino e que favoreçam a marginalização e o isolamento de alunos e professores.***
As crianças e jovens do nosso concelho merecem mais e melhor!*"*

Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que a sua intervenção incide em 2 ou 3 questões. É, profissionalmente, da área da educação. Nessa medida, tem, em relação à educação, uma perspetiva sobre o concelho e que já foi divulgada no local próprio. Aqui a sua perspetiva diz respeito à freguesia do Vimeiro. Portanto, espera que aquilo que está previsto

nesta Carta Educativa, para a freguesia do Vimeiro, se concretize. Isto porque, na Carta Educativa de 2007, já estava previsto a construção de um Pólo Escolar para o Vimeiro. No entanto, verificou-se o contrário. Na qualidade de Pai observou que não foi feito nada na escola do Vimeiro, pois existia a intenção do investimento do referido Pólo, que não foi concretizado. Deste modo, passaram 10 anos e nada foi feito no Vimeiro. O executivo da Junta de Freguesia do Vimeiro tem dado especial atenção à escola primária. Têm tentado inverter um pouco o processo, porque a desertificação que se tem assistido, face à ida de alunos da freguesia para concelhos limítrofes, teve a ver, também, com a falta de condições. Existem outros fatores, mas deve-se, essencialmente, à falta de condições. Nesse sentido, só podem desistir se houver condições, mas se a população, por opção, fizer outra escolha, isso é outra discussão. Agora, se não têm condições, é prioritário suprir essa questão. Portanto, quer deixar aqui este alerta relativamente ao Vimeiro, mais concretamente, a necessidade de se proceder ao necessário investimento na escola do Vimeiro, o mais breve possível quanto possível. Já houve uma reunião com os pais, onde esteve presente a direção do agrupamento respetivo, a Câmara, entre outras entidades, onde esta questão foi apresentada. Também, na Carta Educativa, existem aspetos que merecem crítica. Portanto, ao observar o detalhe sobre a caracterização das escolas, conclui que este trabalho não foi feito com rigor. Isto porque, há vários aspetos relativamente à escola do Vimeiro (escola que conhece muito bem), mais concretamente, sobre o estado de conservação de infraestruturas que não correspondem à realidade. Tais situações têm a ver, por exemplo, com a pintura exterior, com as casas de banho (que não têm condições), o equipamento informático (não existe, pois a escola sofreu um assalto), entre outras. Nessa medida, essas situações, na Carta Educativa, estarem classificadas como “Bom” não está correto. Portanto, é um alerta que faz, pois considerar coisas como “bom” quando não corresponde à realidade, não lhe parece que seja um bom trabalho. No documento deve constar a real situação das coisas, tendo como objetivo suprir essas deficiências. Deve haver ambição nestas questões, a fim de dotar as escolas com boas condições, suprindo as coisas que não estão boas. Outros erros na Carta Educativa, refere que, por exemplo, a escola do Vimeiro não tem campo de jogos. Ora, esta situação não é verdade, a escola tem um campo adjacente. Assim, ficou um pouco dececionado com esta parte da Carta Educativa, designadamente, a caracterização da escola. A sua intenção era votar logo a favor da Carta Educativa face às orientações para a freguesia do Vimeiro. Mas, olhando para esta questão da caracterização ficou um pouco renitente, pois, no seu entender, não houve rigor quando se fez esta pesquisa/levantamento. Agora, num aspeto mais geral a

nível do concelho, já foi aqui abordado por alguns membros, é a questão da Escola Agrícola do concelho, portanto, alarga que na freguesia do Vimeiro têm a escola do Toledo que está desativada, não havendo orientações nenhumas sobre possíveis utilizações dessas escolas, sejam ligadas à educação ou não. Para finalizar, quer dizer o seguinte: tudo que se possa discutir aqui hoje sobre a Carta Educativa e sobre a educação, entre todos os intervenientes, desde agrupamentos, câmara, membros da assembleia, etc, uma das coisas que as pessoas ligadas à educação devem ter sempre presente é: as infraestruturas são fundamentais, mas também têm que acreditar naquilo que fazem, isto é, a educação não se resume só às infraestruturas. Na sua opinião, todos os elementos ligados à educação devem acreditar, realmente, que podem, no exercício das suas funções, fazer melhor, não se restringindo só às tarefas que lhes são imputadas. Ou seja, é necessário trabalharem todos, em prol de uma melhor educação no concelho. É o que faz profissionalmente e é a sua convicção. Se isso acontecer, decerto que conseguem que o concelho evolua e seja procurado por outras pessoas, mesmo fora do concelho e, por conseguinte, haverá mais qualidade a nível da educação no concelho.

Alexandre Maurício:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que: *“ Senhor presidente, na apreciação detalhada que oportunamente fiz a esta carta educativa, encontrei (na minha opinião) diversas falhas e não querendo estar aqui a anunciar uma por uma, vou tentar explicar o que é que a minha perspetiva sobre a educação, começando com uma expressão muito popular, ou seja "Não podemos começar uma casa pelo telhado"*.

A carta educativa não devia ser discutida á margem de outras políticas de desenvolvimento, porque as decisões tomadas em matéria de educação vão ser decisivas no desenvolvimento das comunidades do concelho.

O P.E.L. aponta para a necessidade de adotar políticas que estimulem a fixação jovem, em idade ativa, qualificada, particularmente em zonas rurais.

A forma como vai ser reorganizada a rede escolar vai influenciar o sucesso ou o insucesso de políticas com o objetivo de fixar aquela população jovem.

Serviços de educação são um fator de qualidade de vida que influenciam a fixação de população jovem com forte impacto nos territórios.

A escola é um espaço de vida, cria uma dinâmica que extravasa para a comunidade, e a comunidade é parte dela.

Perda da escola, significa perda de vida para a comunidade, com tudo o que isto significa como fator de desenvolvimento. Só comunidades plenas de vida podem contribuir eficazmente para o desenvolvimento do território.

A escola não é apenas um espaço para aprendizagens académicas (para aprender a ler e a escrever) a escola é um lugar de construção humana, construção de identidade, sentimento de pertença, aprendizagem para o exercício de cidadania.

Os problemas demográficos que levam ao decréscimo do número de alunos obrigam realmente a repensar, reorganizar a rede escolar.

Mas é preciso ter em conta que modelo de território queremos, avaliar o potencial de cada território e saber exatamente qual o papel da escola nesses territórios e nessas comunidades e não só porque uns dizem que as turmas exclusivas é que fazem as boas escolas, que isso passa a ser verdade e deixo-vos aqui o exemplo de uma escola com turmas integradas que é a EBI de Moledo, portanto, foi esta que obteve a melhor posição no ranking das escolas em 2013 tendo sido a primeira do concelho no lugar 664 enquanto que a pior do concelho no mesmo ano obteve o lugar 4554. Estão a falar de quase de 4.000 lugares de diferença com uma escola de turmas agregadas.

No ano de 2014 continua a ser a primeira do agrupamento com o lugar 669 a par com a primeira do concelho que tem o lugar 645 e é a escola da Zambujeira, enquanto que a pior tem 4275. Estamos a falar apenas em 18 e 16 escolas respetivamente, ou seja, em 2013 havia 18 e em 2014 16. Se a isto juntarmos os resultados do observatório do sucesso escolar falamos de 100% de aproveitamento em alguns anos na escola do Moledo e isto não tem a ver com crianças de mentes brilhantes como alguém quis ironizar, e falo com conhecimento de causa até porque algumas destas crianças que contribuíram para este sucesso quando chegam ás escolas com turmas exclusivas perdem-se, isto tem a ver sim com a vontade do executivo da junta de freguesia, camara municipal, com a qualidade das instalações, com a qualidade dos serviços docentes e não docentes com a participação da população, quer nos convívios organizados, quer na vivencia do dia a dia entre a população, comunidade escolar e encarregados de educação. Dá o seguinte exemplo: no último sábado (não esteve presente, mas contaram-lhe) aquando da visita da juventude socialista no roteiro das freguesias, o Sr. Presidente da Câmara pode testemunhar a alegria de uma criança de Pena Seca a andar na escola do Moledo. Outro exemplo, que o Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro falou, concretamente, sobre o assalto que fizerem à escola do Vimeiro. Infelizmente, quando era Presidente da Junta de Freguesia do Moledo também a escola do Moledo sofreu um roubo.

Sabem qual foi o papel da executivo da junta? No dia seguinte foi comprar computadores para colocar na escola. A questão do dinheiro resolveu-se depois, isto faz o sucesso.

Por tudo isto e outras coisas mais a indicação que esta carta educativa dá para agregar a escola do Moledo com outra é na minha opinião um erro brutal assim como o foi, o sector da educação e o agrupamento na falta de outras, não terem passado a informação.

Na problemática 7, onde estão apontadas as carências do parque escolar, no caso concreto é - porque é que não estão mencionadas as obras de ampliação na EBI de Moledo obras essas que se destinam a um parque coberto com um projeto elaborado pelo DOTU desta camara Municipal e que não foi logo concretizado por falta de disponibilidade financeira, devo dizer que esta obra tem um calculo de cerca de 2000 euros a menos do que é o calculo da agregação das duas escolas e tem a vantagem de não reduzir nem postos de trabalho nem resultados na educação.

Permita-me senhor Presidente manifestar o meu agrado e aprovação sobre as indicações /sugestões que esta carta educativa tem para a freguesia do Vimeiro, aqui sim é com este tipo de sugestões que me identifico, mas lamentavelmente elas não são felizes no concelho todo. Aqui não há preocupação com turmas agregadas, aqui houve sim e muito bem a preocupação que as crianças retornem à escola da sua aldeia. Isto é um bom trabalho!

Quando fiz a apreciação da introdução desta carta educativa li e voltei a ler para tentar perceber qual a cumplicidade desta para com o projeto "Moledo Com Vida", esse que tem trazido toda a dinâmica que o Moledo tem e onde a escola tem um papel importantíssimo, mas infelizmente não consigo encontrar nenhuma cumplicidade entre ambos.

Depois de todo o exposto, desejo que fique bem claro que sou contra algumas orientações/sugestões, nomeadamente agregações ou fechos, sem que a lei a isso obrigue, mas também reconheço a importância da aprovação da mesma, e tratando-se de um documento de orientações e sugestões, mantenho a confiança que sempre tive no executivo desta câmara para que resolva tudo pelo melhor e o meu voto será favorável à sua aprovação, no entanto quer aqui aconselhar os senhores que são tão favoráveis às turmas exclusivas para lerem o que a Sr.ª Presidente da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo aconselhou aquando da sua intervenção, concretamente, leiam a tese de doutoramento do Professor Universitário José Bravo Nico, onde é referido que a melhor forma de "matar" uma aldeia é fechar a sua escola."

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que antes de abordar o ponto em discussão (revisão da Carta Educativa), gostava de dizer que é importante que as pessoas que pedem esclarecimentos à Câmara ou na Assembleia, relativamente ao cemitério de Santa Bárbara, também o façam junto da Junta de Freguesia de Santa Bárbara e na respetiva Assembleia de Freguesia. Isto porque, o espaço pertence à freguesia e, com apoio e autorização da Câmara, está a ser prevista a sua ampliação. Relativamente à questão partidária (ou não) da reunião que aconteceu na sede da junta, quer dizer que recebem todos de igual maneira. Receberam a juventude socialista, que ainda há pouco tempo esteve a circular pelas freguesias e, nesse sentido, deslocou-se à freguesia de Santa Bárbara. O auditório do Centro Cultural também é um espaço público gerido pela Câmara, por isso o problema punha-se de igual modo. Não sabe também se houver impedimento se não irá, de certo modo, contra o direito de reunião. Mas nesse contexto não irá alongar-se. Portanto, a referida instituição partidária que reuniu na sede da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, tem conhecimento que reuniu anteriormente na sede da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia. Por isso, não vê qualquer problema nessa situação. Agora, passando ao ponto que se encontra em discussão, relativamente à Freguesia de Santa Bárbara, freguesia que representa, quer dizer que existem algumas situações a reter e também algumas correções a fazer. O Sr. Vereador Fernando Oliveira referiu, e bem, que houve um esforço para englobar todas as entidades. No entanto, acha que só faltou realizar-se reuniões específicas com cada Junta de Freguesia. Se tivesse havido essas reuniões, se calhar, haveria aqui pequenas situações que não teriam ocorrido, tais como: - recreios descobertos, a afirmação que na Marquiteira está tudo bem, não corresponde à verdade. Receberam o relatório da tutela a indicar que são necessárias reparações; - Não possui cozinha e também existe pequenas situações no JI da Ventosa; - Não há informação relativa ao transporte. Não percebe porquê. Porque tanto a Freguesia como a Câmara tinham essa informação. Se existiam dúvidas deviam ter contactado a Junta de Freguesia; - Refeitório e Cozinha do JI da Ventosa, existe e é de conhecimento geral. Se calhar o levantamento e a caraterização foram feitos há mais tempo atrás. Relativamente às propostas que existem, é óbvio que existe uma manutenção e especial crescimento do número de alunos na EB1 da Marquiteira. Mesmo com a previsão conservadora, que é aquela com que também mais concorda. Mantêm o aumento do número de alunos. Há aqui outra situação, mais concretamente, a taxa de frequência na freguesia ser inferior a 60%. A maior parte destes alunos sai da freguesia para, neste caso, a Freguesia

vizinha, Ribamar, porque pertence ao mesmo Agrupamento. Isto acontece porque falta algumas condições que são indicadas na ação 12. Assim é importante que esta ação 12 seja concretizada com brevidade, porque não estão a conseguir oferecer as condições suficientes para o número de alunos que existem na freguesia de Santa Bárbara e isso é extremamente importante.

José Soeiro:

Referiu que queria dizer ao membro João Ferreira que não tem muito tempo para picardias. Tem pouco tempo disponível. De qualquer maneira quer esclarecer este membro. Portanto, certamente, como o membro João Ferreira tem muito que fazer, não se dedicou à leitura mais profícua e detalhada deste documento. Se verificasse que em 2011 a Freguesia da Atalaia tinha 16% de alfabetismo, o membro João Ferreira ficaria tão preocupado quanto ele (José Soeiro). Nem todos os lourinhanenses tiveram o privilégio de tirar um curso superior. Aliás, a média de elementos com curso superior e licenciatura é inferior a 16% de alfabetismo que existe na Atalaia. Mas reconhece o mérito do membro João Ferreira ao ter tirado um curso superior e estar a exercer a sua atividade profissional na Lourinhã. É isso mesmo que gostava para os lourinhanenses, mais concretamente, que todos tivessem o privilégio de tirar cursos e depois tivessem o mérito de continuar na Lourinhã. Infelizmente não é o que acontece.

José Tomé:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que a discussão desta matéria tem sido riquíssima e manifesta, desde já, o seu respeito por todas as opiniões que aqui foram dadas e sublinha que a riqueza de opiniões é bem clara. Há sempre, em determinada situação, opiniões diferentes e até sustentadas em estudos que já foram realizados sobre este processo. Mas, verificou, face aos documentos que lhes foram entregues, mais concretamente o registo de presenças, a seguinte situação: na reunião do Conselho Municipal de Educação de 13.07.2015, onde o parecer foi aprovado, verificaram-se 3 faltas que, do seu ponto de vista, são importantes, pois trata-se de 3 organismos tutelados pelo atual governo e com importância de relevo, nomeadamente a representante da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares. Não esteve presente e, tanto quanto julga saber, não esteve também em reuniões anteriores. Isto pode ter aqui alguma leitura política, mais concretamente, a desatenção, desinteresse e a despreocupação, quando até são organismos que fizeram leis para controlar os Conselhos Municipais de Educação, nomeadamente no tocante à obrigação da sua composição. Depois dá nisto: Não aparecem. Verificou-se ainda a falta dos representantes da Segurança Social, que também são parte importante neste processo, mas não estiveram, bem como o

representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional. Trata-se de uma parceria de extrema importância e que também não esteve presente. Nestas situações têm que perceber onde devem ou não devem estar; e a importância das situações que lhe são colocadas. Portanto, pela negativa aponta esta situação. Uma última nota prende-se com a representante do Conselho Municipal da Juventude, que por acaso também é membro da Assembleia. Ora bem, se foi eleita como representante do Conselho Municipal da Juventude no Conselho Municipal da Educação, e ao assumir esse compromisso, tem que fazer os esforços que são necessários, porque a prática da cidadania é isso mesmo, mais precisamente, leva-os a cumprir aquilo a que se comprometeram a desempenhar enquanto cidadãos. Portanto, acha que não fica bem a um representante do Conselho Municipal da Juventude não estar presente, aquando da discussão da Carta Educativa enquanto documento final, face à importância que o respetivo documento tem. É uma nota que não abona em relação à personalidade e à pessoa que representa o Conselho Municipal da Juventude. Posto isto, referiu que iria fazer uma breve análise com base no parecer elaborado, no âmbito da Carta Educativa, e que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Portanto, quer dizer que, numa 1.ª fase, acha que o respetivo Parecer está bem elaborado e foca todos os pontos, acentuando as situações mais relevantes e aborda outras que precisam de alguma atenção. Mas antes de fazer uma referência às respetivas situações, queria destacar (já referido pela membro da Assembleia Teresa Faria) a metodologia utilizada e desenvolvida pela Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vereador Fernando Oliveira, para a elaboração do respetivo documento, onde foram realizadas diversas reuniões (elencadas pelo referido Vereador), o que permitiu, de facto, colher diferentes sensibilidades, opiniões e posições e, como disse o Sr. Vereador Fernando Oliveira e bem, não podem depois, no documento final, satisfazer todas as situações que foram apresentadas. E esta posição, inclusive, mereceu uma manifestação favorável pelo Sr. Vereador Hernâni Santos, que se encontra registada numa ata de uma reunião que teve oportunidade de ler. Esta situação revela uma postura correta, o que lhe parece simpático. Contudo, depois de ler a Declaração de Voto dos vereadores da oposição, constatou que as coisas não são assim tão simpáticas. Mas falarão sobre isso mais adiante. Relativamente ao Parecer, a questão abordada logo na página 3 (segundo a numeração que fez) prende-se com a manutenção dos agrupamentos. É uma questão que merece, de facto, a devida reflexão. Mas também sobre esta matéria começam a existir situações diferentes, dado que o Conselho Nacional de Educação tem uma posição, tendo já decorrido algum tempo em que se verificou estas situações e têm que observar também o território. Neste momento, defende a

manutenção dos 2 agrupamentos, mas é uma situação que, certamente, ainda nesta legislatura autárquica ir-se-á ter que discutir ideias e avaliar esta questão. Porque há aqui questões que, em territórios como o da Lourinhã, merecem uma reflexão. Portanto, concorda com a situação atual, mas, obviamente, este documento terá que ser sempre dinâmico. Terá que estar sempre em aberto. Há situações que merecem reflexões profundas. Devem falar sobre os territórios educativos e eles funcionam ou estão organizados de acordo com o modelo de gestão que foi definido por quem tutela a área da educação. Relativamente a outras problemáticas, na página 4, refere a questão da Escola Agrícola Rio Grande. Aqui, na sua opinião, terão, agora, que falar sempre em Ensino Profissional, como já foi aqui referido. A Escola Agrícola já foi. Se calhar muitos dos presentes não têm, sobre esta escola, um conhecimento profundo. Nessa medida, faz só uma pequena ilustração: qual era o número de alunos da Lourinhã que frequentavam aquela escola? Irão obter essas informações, decerto, quando analisarem melhor esta questão. Nesse sentido, na sua opinião, vale é a pena falarem de ensino profissional, onde se encaixa, obviamente, uma área relacionada com agricultura, inclusive, ajusta-se. Mas, hoje, na defesa que fazem de novas dinâmicas e inovação nestes processos tem que existir esta abertura, mais concretamente, que uma escola profissional tenha uma maior abrangência e uma relação com as áreas que se encontram em desenvolvimento neste Concelho. Portanto, não vê necessidade que o relator tivesse posto no Parecer de forma tão explícita a questão da Escola Agrícola. Até porque, ela tem uma má memória, não só para os autarcas, mas também para outras pessoas, porque envolveu questões não muito simpáticas para muito boa gente que, neste momento, ocupa cargos muito importantes. Relativamente aos transportes, quer dizer que não defende o transporte dedicado. Defende o transporte puro. Sempre defendeu! Tem mais custos? Tem! Tem mais qualidade? Tem! Por isso avancem nesse sentido. É a aposta que têm que fazer! Tem pena que não se tenha falado nisso. Muita gente fala em qualidade em relação a outras coisas, que por caso têm qualidade. Verifica que a Declaração de Voto dos membros do Executivo Hernâni Santos, António Augusto e Vanda Oliveira refere que a política educativa traga qualidade. Mas a palavra “traga” deveria ser antecedida pela palavra “mais”. Inclusive, estes membros gostam muito da palavra “mais”. Portanto, era mais correto dizer “mais qualidade”, porque, efetivamente, já existe qualidade. Obviamente, que nunca se está satisfeito, mas existe, efetivamente, qualidade na educação do concelho. Vejam o exemplo do Moledo, acha que muita gente estava distraída com a questão do Moledo e da Escola, e das turmas agregadas e exclusivas. É verdade, há sobre isso duas opiniões, com estudos diferentes. Mas é uma

realidade que há qualidade no ensino. Tem que existir sempre um trabalho conjunto entre todos os parceiros. Tem que haver sempre uma atitude pró-ativa na resolução dos problemas e não ficar à espera que os mesmos se resolvam. Isto é, posturas mais assertivas face às situações. No caso concreto dos transportes escolares, os mesmos têm que ser puros, em detrimento dos dedicados. Neste momento, existe essa possibilidade e a Escola de Miragaia trás exatamente isso. Dirigindo-se aos membros do Executivo Camarário que subscreveram a Declaração de Voto apresentada, referiu que o tal equilíbrio vem por aí. A escola de Ribamar não foi ali construída porque era na altura Vereador o Professor Leandro Fernandes, nem foi para Miragaia porque era o Presidente da Câmara, José Manuel Dias Custódio. Foram porque, efetivamente, em termos de equilíbrio do território, foram consideradas as melhores opções. Continua a defender isto, como defendeu e continuará a defender. Sem dúvida nenhuma. Agora isto tem que estar associado a outras medidas, mais concretamente, a nível do tal transporte correto. Não se fará, obviamente, aquilo que alguém inventou, nomeadamente, que os meninos tinham que vir à Lourinhã para depois irem para Miragaia. É impensável que isso fosse feito dessa forma. As coisas vão funcionar doutra maneira. Foram pensadas nesse sentido. Isto sim é qualidade, é mais qualidade, associadas a outras coisas. É o tal equilíbrio, porque têm que contabilizar, de facto, os tempos de deslocação dos jovens e crianças do concelho. Hoje em Miragaia podem começar as aulas às 08,30 horas. É melhor ou pior para os alunos? É melhor! Conseguem ter um horário mais equilibrado, para além de se ter uma escola muito mais qualificada. Quer dizer, por último, que existe uma frase que todos devem ter sempre presente e bem destacada. A mesma foi referida aquando da apresentação, por parte da Cised, mais concretamente: ”A visão sobre a Educação no Concelho tem que estar acima de perspetivas demasiado sectoriais ou de interesses corporativos”. Têm essa responsabilidade quando decidem. Isto tem que ser muito claro. Portanto, crê, por aquilo que já foi dito, que há situações que podem ser melhoradas, nomeadamente, as questões de pormenor que, eventualmente, existem sobre os dados. Também sabem que os dados foram recolhidos através dos diretores das escolas. Portanto, pode haver aqui falhas em relação ao processo de recolha. Também alguma terminologia que é usada deve ser ajustada. Mas, na essência, acha que o processo foi bem construído e foi bastante participado. Vale a pena continuar esta aposta na educação, assumindo-se que não é um documento fechado, é um documento dinâmico e tem que ser sempre alvo da devida atenção, no tocante às mais diversas situações. As políticas que o Partido Socialista tem tido, na área da educação, enquanto poder autárquico neste concelho, revelam que têm feito tudo aquilo que é possível. E

existe a garantia que assim continuará a ser e louva o atual Executivo por isso. Portanto, vão ter certamente uma aposta muito grande na área da educação e a devida atenção de quem gere neste momento o Concelho da Lourinhã.

Ana Caxaria:

Agradece, desde já, que lhe relembrem quais as suas responsabilidades. Referiu ainda que quando têm emprego, para não dependerem de favores políticos, não podem comparecer a reuniões que são agendadas em horário laboral. Entretanto, também deveriam ter em atenção que não foi possível eleger um substituto para estas ocasiões.

José Tomé:

Dirigindo-se à membro Ana Caxaria, referiu que pode perceber alguns constrangimentos que possam existir para datas e horas. Mas é isso mesmo que têm que decidir, mais concretamente, onde se quer estar. Portanto, quando assumem desempenhar funções decerto que já desempenham outras em termos profissionais. Nessa medida, têm que perceber se têm tempo e se querem dedicar esse tempo àquilo que assumiram. É tão simples quanto isso. A prática da cidadania por vezes não é fácil. É mais fácil criticar. Mas percebe também que depois tomar as posições nos órgãos certos, às vezes, é muito complicado.

Nuno Sampaio:

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que, antes de mais, queria saudar o facto de, para a discussão de um tema tão importante como Educação, ter havido a dignidade de ter sido convocada uma sessão extraordinária para este efeito. Da parte do Grupo do PPD-PSD estarão sempre disponíveis para que o assunto da educação e outros sejam debatidos desta forma. Por isso, também querem saudar toda a comunidade educativa, todas as pessoas da Câmara Municipal, das escolas, os professores, os encarregados de educação, toda gente que ao longo do ano escolar faz tanto pela educação do concelho da Lourinhã e também participou de alguma forma nos debates desta carta educativa. Alguns pontos já foram referidos nas anteriores intervenções, mas é importante referir que a tendência para a municipalização da Educação veio para ficar, independentemente dos círculos políticos. Portanto, Sr. Presidente da Câmara tem aqui um grande desafio com os contributos que foram aqui dados de diversa ordem, de grande qualidade, para que assuma, de facto, como uma prioridade a Educação no concelho da Lourinhã, porque a tendência para a descentralização veio para ficar e a responsabilidade vai ser cada vez mais dos municípios e ainda bem. Queria deixar uma nota positiva em relação a alguns elementos de diagnóstico, mais concretamente, em relação às taxas de escolarização no pré-escolar e a rede do pré-escolar. Não é da agora mas, de facto,

têm taxas de escolarização no pré-escolar acima da média nacional e, por isso, queria deixar essa nota positiva. O mesmo não pode ser dito em relação ao secundário. Já foi aqui referido. Não se conforma que o Concelho da Lourinhã tenha uma taxa de escolarização, no ensino secundário, abaixo de 30% da média nacional e da região oeste. Isto merece-lhes uma reflexão profunda, porque já em 2007 era assim. Estão em níveis de 2004/2005. Há alguma coisa que não estão a fazer bem, a começar pela valorização social da educação. Isto é gravíssimo porque, a nível da educação, se houver taxas de abandono muito diferenciado poderão estar aqui a manter ou aprofundar desigualdades sociais e, sobretudo, desigualdades de oportunidades. Todos os estudos, internacionais, a começar pelos da OCDE, entre outros, e todos os estudos realizados em Portugal indicam que a principal razão que, ao longo da vida de uma pessoa, define a sua perspetiva de rendimentos é a educação. E, às vezes, ouvem algumas frases feitas, tais como: "*não vale a pena estudar*", "*os universitários também estão desempregados*", portanto, têm que valorizar a educação no Concelho da Lourinhã e esta taxa, arrisca dizer, é estrutural, porque na última década não foi invertida a taxa de escolarização abaixo de 30% no ensino secundário da Lourinhã. Esta situação devia fazê-los refletir. Daqui passa para aquilo que são as propostas que têm nesta Carta Educativa, porque, por exemplo, relativamente a este ponto não vê uma proposta, uma ação ou visão estratégica global que consiga inverter este cenário. Este documento sofre de um pequeno problema, mais concretamente, a exposição que tiveram aqui esta noite, a nível técnico, foi enriquecedora para o debate, mas pensa que este documento não deveria ser um documento técnico. Têm que estar aqui esplanadas, inequivocamente, as opções políticas. Ao ler estas 211 páginas do documento pareceu-lhe que é mais um relatório final de consultadoria do que as opções estratégicas da Câmara Municipal da Lourinhã. Isto não é só uma questão de forma, porque já aqui se falou, por exemplo, da escola de Miragaia. E, quando o Sr. Vereador Fernando Oliveira, no início da sua intervenção, referiu que uma das razões para a revisão da Carta Educativa foi a construção da Escola de Miragaia e quando houve a exposição técnica da Carta Educativa a primeira linha de ação foi o problema da referida escola. Mas, muitas vezes, a escola de Miragaia é apresentada como uma solução técnica e não como uma opção politica. Portanto, saúda a intervenção do membro da Assembleia José Tomé que, de uma forma muito acalorada e de uma perspetiva técnica, defendeu uma posição politica. Foi uma opção política fazer a escola secundária em Miragaia, mesmo que neste mesmo documento se diga que a escola Dr. João Manuel Delgado é excêntrica e que isso é um ponto fraco da educação no concelho da Lourinhã. Portanto, a Carta Educativa deve ser um instrumento

estratégico político, liderado pela Câmara Municipal e, em particular, pelo Sr. Presidente da Câmara e não um relatório de consultadoria. Parece-lhe importante ser assim. Para terminar, quer dizer que têm que dar o passo seguinte e muitos concelhos já o estão a dar. No entanto, estão a fazer uma revisão da Carta Educativa praticamente nos mesmos moldes que fizeram, relativamente à Carta Educativa em 2004, 2005, 2006 e 2007. Isto quando muitos municípios já estão a fazer e alguns já têm os seus projetos estratégicos municipais educativos. É aí que têm que estar em 2015! Não é dizer que vão fazer até 2020, porque a educação vai ser cada vez mais municipalizada, vai ser cada vez, hoje e sempre, mais importante. E, a Lourinhã precisa de dar o passo para ter um Plano Estratégico Municipal Educativo, para que possam ver explanado onde esta distribuição de equipamentos se encaixa com o verdadeiro projeto educativo para o concelho da Lourinhã, seja no que diz respeito ao ensino profissional, seja em relação ao combate ao abandono escolar do ensino secundário, seja noutras opções, como ter projetos especiais para línguas estrangeiras, etc. Mas, parece-lhes que este documento fica aquém, embora, evidentemente, querem saudar a revisão desta Carta, que teria que ser feita e o debate que foi realizado aqui esta noite foi, de certa forma, o culminar de um debate que foi sendo feito.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que antes de se proceder à votação deste ponto era importante que fosse anexada à **Proposta 34 - *" Carta Educativa do Concelho da Lourinhã"*** a ata do Conselho Municipal de Educação e a Declaração de Voto da membro do CME, Mafalda Taborda Lourenço. Ou seja, a Mesa ao ter verificado a ausência dos referidos documentos só colocará à votação este ponto quando forem apensados os respetivos documentos. Deste modo, solicitou, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, que esta situação seja suprida, o mais rápido possível, no decorrer desta sessão.

Presidente da Câmara:

Referiu que, em relação à ata do CME, a mesma ainda não existe, pois não foi ainda elaborada. Em relação à declaração de voto a mesma pode ser devidamente anexada. Os serviços jurídicos informaram que não faz sentido enviar para a Assembleia a referida Declaração de Voto. Mas, de qualquer maneira, estão perfeitamente à vontade, a Declaração existe e podem diligenciar a sua entrega nesta sessão da Assembleia, tal como foi solicitado.

Vereador Fernando Oliveira:

Referiu que realizaram-se um número significativo de reuniões, não tendo ainda sido possível, por parte do secretário (trabalhador da Câmara, conforme prevê o regimento), elaborar as

respetivas atas. Mas esta situação já foi transmitida no CME. Portanto, há, efetivamente, atraso na passagem das atas, tendo em vista a sua posterior aprovação no seio deste Conselho e a última ata encontra-se na mesma situação. Portanto, a ata da reunião do CME de 13.07.2015, onde foi aprovado o Parecer e apresentada a aludida Declaração de Voto, não está disponível para o efeito requerido. Mas, obviamente, que houve a devida disponibilidade para que viessem todos os documentos necessários à assembleia. Por outro lado, foi referenciado, juridicamente, que o CME é um órgão consultivo, pelo que não existia necessidade de vir à Assembleia a respetiva Declaração de Voto, salvo melhor parecer (não é jurista). Mas afiança o seguinte: da parte da Câmara houve imediata disponibilidade para trazer à Assembleia todo e qualquer documento, pois nunca houve intenção de sonegar qualquer documento. Não é essa a postura que é adotada, trata-se apenas de uma mera questão técnica que aconteceu. Se existe um entendimento diferente, não tem nada a opor e a respetiva Declaração de Voto está disponível para ser entregue, é só fotocopiar. Desta forma, pede aos serviços que procedam às devidas diligências para que a mesma seja entregue antes da votação do ponto em discussão. Relativamente às intervenções colocadas pelos membros, referiu que voltam sempre, um pouco, à seguinte questão: quando olham para um copo há sempre alguns que dirão que está meio cheio e há outros que dirão que está meio vazio. Acha que não sairão daqui, e, muito sinceramente, acha que há dificuldade em chegarem a uma conclusão sobre esta matéria. Um documento desta extensão e envergadura, com o levantamento que feito e com o conjunto de propostas que foram apresentadas, considera que será quase impossível não se apontar a situação “A” ou “B”, que possa ser diferente, que possa ser equacionada de forma diferente, que possa ter um objetivo diferente, que possa ter um desejo diferente de ser explanado na Carta Educativa. Mas é evidente que foi desenvolvido um trabalho e recolheu-se opiniões. Há um trabalho que prevaleceu tendo em conta o objetivo central, mais concretamente, tornar o território da Lourinhã mais apetecível para a fixação de jovens. O objetivo central é a fixação da população escolar. Não é um documento fechado. Nunca poderá ser. É um documento dinâmico, monitorizado duma forma regular. A todo tempo poderão ser introduzidas alterações, da mesma forma que algumas situações que constavam na anterior Carta Educativa não foram realizadas, também, por diversos motivos. Portanto, foram feitas as devidas análises em cada momento, apurando-se se se justificava ou se existiam condições para a sua realização. Aqui a situação é a mesma e não se justifica voltarem a discutir esta questão sobre outra forma. A Carta Educativa é um instrumento, é uma forma de planeamento, que visa, fundamentalmente, as infraestruturas

educativas do Concelho. Isto tem que ficar claro, embora haja opiniões no sentido de se colocar tudo e mais alguma coisa. Teve o cuidado de consultar variadíssimas cartas educativas de outros municípios e não viu lá muitas das coisas que já foram aqui ditas hoje. Também pode concordar que algumas poderiam ser mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas. Não é isso que está em causa. Está em causa um documento que tem uma finalidade. Há outros documentos complementares que, obviamente, terão que fazer a necessária ligação, tais como: o PEL, o PDM, entre outros. Mas aquilo que deu corpo na última legislação sobre esta matéria foi a criação do Plano Estratégico Educativo Municipal. Este Plano tem em conta a Carta Educativa sob o ponto de vista das infraestruturas educativas e vai ter em conta, efetivamente, os conteúdos estratégicos na área educativa que querem ter. No entanto, terão que discutir, necessariamente, com todos os participantes, com todos aqueles que estão envolvidos nesta temática. Portanto, a Carta Educativa trata-se de um documento dinâmico. Vai ter o seu enquadramento, desenvolvimento e monitorização. Não se poderá aprovar hoje um conjunto de medidas para fazer já em setembro. Não é possível. Não é minimamente razoável que isso pudesse acontecer. Algumas situações têm que ser validadas com tempo. Têm que ser monitorizadas relativamente à análise demográfica e a nível socioeconómico. Depois foram referidos pormenores por manifesta falta de atenção, mais concretamente, a questão dos transportes. Portanto, dizer-se que quem vai para a escola de Miragaia, oriundo do Reguengo Grande, tem que vir à Lourinhã, certamente que diz isto só pode estar distraído. Efetivamente, isso jamais irá acontecer em nenhum momento. Pretendem, efetivamente, ter uma escola que diminua os tempos de deslocação dos alunos, cujo horário da escola irá abrir mais tarde para que os alunos possam sair mais tarde de casa. Portanto, consideram extremamente importante a questão dos transportes e pretendem que os alunos tenham a melhor qualidade a nível de transporte. Para esse efeito, estão a reunir e a discutir com as transportadoras, assim como com as direções dos Agrupamentos, a questão dos horários e a questão dos momentos de entrada e saída. Farão, eventualmente, pequenos acertos que tenham que ser feitos. Agora uma coisa é certa: quem vem do Reguengo Grande vai direto para a escola de Miragaia. Não vem à Lourinhã! Portanto, embora saiba que não foi essa a intenção, mas permitam-lhe a expressão: não se invente situações porque não colam à realidade. Não faz sentido esse tipo de questões. Outra situação a salientar refere-se aos estacionamentos. Portanto, irá haver estacionamentos sobejamente suficientes. No que diz respeito à escola de Miragaia, também está ser discutida com os Agrupamentos, e está prevista na Carta Educativa, a modificação do ponto de acesso dos alunos à escola. Tem que

ser, efetivamente, modificado. Têm que criar condições para que os alunos saiam do autocarro e entrem diretamente na escola. Estão, obviamente, a trabalhar nestes aspetos. Em relação àquilo que o membro José Soeiro referiu sobre a necessidade de fixar populações, é exatamente para isso que estão a trabalhar. Não é só no âmbito da Carta Educativa, pois já estão a criar medidas para esse efeito. Esse tipo de políticas não estão na Carta Educativa porque não é o local preferencial. As referidas políticas irão estar mais consubstanciadas e mais desenvolvidas no Plano Estratégico Educativo Municipal. Mas já estão a desenvolver algumas delas. Por exemplo, este ano vão desenvolver para o 1.º Ciclo a Componente de Apoio à Família. É o seguimento do que fizeram para o pré-escolar. No pré-escolar, no ano passado, já conseguiram inverter a tendência de saída de alunos. As reuniões que têm tido e que tiveram no ano passado com os encarregados de educação apontavam, claramente, para esta necessidade. Deste modo, este ano, com o esforço suplementar da Câmara, estão a criar condições aos encarregados de educação que trabalham (existindo alguma incompatibilidade de horário para levar e ir buscar os seus filhos) no sentido de as crianças puderem ficar na escola das 7,45 horas até às 19,00 horas. Isto é uma mais-valia que tem sido percetível nas reuniões que têm tido com os encarregados de educação. Assim, ficar-se-á a saber que na escola pública na Lourinhã existem condições que, eventualmente, possam existir num concelho vizinho relativamente a este tipo de situação. Sobre a intervenção do membro José Tomé, em relação ao transporte puro, referiu que têm também essa preocupação. Não estão a equacionar o mesmo, neste momento, porque estão a começar numa outra perspetiva. Mas lá chegarão, com a preocupação de garantir um transporte direcionado para a escola, a servir a escola e em condições muito favoráveis para os alunos. Portanto, neste momento estão a considerar, efetivamente, o transporte dedicado, porque há 3 tipos de transporte: o Público, o Dedicado e o Puro. Neste momento, a questão que se coloca é que o transporte direcionado pode recolher, eventualmente, alguém que esteja numa paragem de autocarro, desde que se integre no percurso que é feito para a escola. A transportadora não pode recusar essa situação. O transporte puro, como aluguer que é, implica logo a colocação de 2 vigilantes dentro do autocarro e é, de facto, um esforço financeiro muito grande. Por outro lado, a contratação que estão a desenvolver de pessoal afeto à parte educativa acarreta despesas elevadas. Deste modo, não podem ir a tudo tão rapidamente quanto desejariam. Mas, lá chegarão, com toda a certeza, num futuro próximo. Também quer dizer que a Carta Educativa apresenta um conjunto de orientações. Não são decisões, nem poderá ser, caso contrário, aquilo que é hoje daqui a 2 anos pode estar invalidado por diversos acontecimentos, ou por

uma explosão demográfica no bom sentindo ou por uma emigração no mau sentido. Portanto, têm que ir devagar. Estas orientações estão expressas numa análise, num diagnóstico e, obviamente, devem estar configuradas. A decisão política de as pôr ou não em prática tem a ver com a análise que a cada momento terão que fazer dessas situações. No âmbito de algumas retificações que foram apontadas pela membro Teresa Faria, referiu que, obviamente, irão analisar, sendo que esse número tão elevado poderá ter a ver com a informação dos alunos sinalizados que, para o efeito estatístico da análise, podem estar agregados nessa perspetiva. De qualquer maneira, também irão verificar, admitindo que poderá existir sempre lapsos. Relativamente à questão do ensino profissional, referiu que este ensino terá que ser considerado no Plano Estratégico, embora a perceção que se tenha, às vezes, possa não corresponder à realidade objetiva. Aqui já foi apontado o caso da Escola Agrícola. Portanto, este espaço pode vir a ser requalificado. Têm vindo a apresentar tentativas de fixação de verbas que permitam a sua recuperação para um quadro de ensino profissional. Dado a proximidade que o respetivo edifício tem da Escola Secundária poderia, inclusive, servir como um Pólo de trabalho ou outra situação, para coadjuvar toda a ação que a Escola Secundária já desenvolve. Aqui permitam-lhe que diga que, às vezes, os interesses do Conselho Pedagógico, Conselho Geral e da Direção do Agrupamento das Escolas da Lourinhã, no tocante à Escola Secundária, em relação aos cursos que se pretende ministrar, não têm a cobertura por parte do Ministério. Depois confrontam-se com dificuldades. Por exemplo, foi feito um levantamento sério através da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, onde foram identificadas situações através de entrevistas, de inquéritos, de contactos com os centros empresariais de cada município. Nessa medida, de acordo com as necessidades que foram apontadas, foi definido, no âmbito da OesteCIM, uma CIM, tendo sido feita uma ponderação dos cursos que, efetivamente, deveriam ser prioritários em cada região e em cada município. Mas a ANQEP e o Ministério da Educação não se entendem, um tem as ideias, mas o outro tem os professores, existindo falta de harmonização para se poder prosseguir com esta matéria. De qualquer modo, os cursos que estão previstos desenvolver-se na Escola Secundária estão dentro das ponderações mais favoráveis da ANQEP e, portanto, correspondem a grosso modo àquilo que é as necessidades identificadas pelos diferentes parceiros. A questão que o membro Joaquim Simões colocou sobre a incoerência das turmas agregadas e das turmas exclusivas, referiu que já ouviram aqui hoje opiniões diferentes. As mesmas são todas legítimas, razoáveis e plausíveis. Com toda a dignidade elas são expressas e bem, e têm que ser observadas. Aquilo que procuraram identificar foram os casos onde

havia para já uma possibilidade efetiva de concretizar as respetivas ações. Elas estão identificadas. A concretização ou não destas situações são opções do foro político. A opção política tem que passar por onde? Tem que passar por ouvir as populações, discutindo com as populações, procurando demonstrar a excelência da argumentação por um lado e ouvindo a excelência da argumentação por outro, tentando chegar a ponto de consenso e a um ponto de equilíbrio. Porque fazer uma Cata Educativa onde "impusessem" o conceito que poderiam ter, sem ouvir as populações, não seria razoável. Portanto, vão ter que ouvir as pessoas. Estão identificadas duas das soluções com possibilidade de a curto prazo (com monitorização, conversando com as populações, com a identificação das situações) levar ou não à prática. Outras correm o risco de nem ser necessário discutir, pois podem ficar abaixo do mínimo que o Ministério identifica. Deste modo, se o Ministério impuser o encerramento terão que cumprir. Mas outras terão que, de facto, ser analisadas. Mas ter-se-á que aguardar para se apurar qual é perspetiva demográfica nessas questões. Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro, sobre a caracterização da escola, referiu que este membro alvitrou que foi, eventualmente, colocado "Bom" só para ficar bem. Obviamente que não foi nada disso! A caracterização das escolas passa por dois momentos, por um lado um conjunto de informações que são prestadas, por outro lado uma visualização concreta, através de visitas aos estabelecimentos escolares. Não teve a oportunidade de acompanhar todas as visitas, mas, por acaso, participou na visita à escola do Vimeiro. Portanto, às vezes, pode ser um conceito de quem está a fazer a avaliação das diversas situações, e tenha definido 2 ou 3 parâmetros. E, nessa medida, com uma latitude maior ou menor pode encaixar dessa forma. Quanto às escolas desativadas não fazem parte deste contexto. Para as desativadas têm também algumas ideias claras. Têm procurado pô-las em prática. Há vários pedidos para as escolas desativadas. Estão a analisar e a ver de que forma é que podem concretizar essas situações. O membro Alexandre Maurício falou novamente das políticas em relação à situação dos jovens. Já falou sobre esta matéria, mais concretamente, em relação ao trabalho que estão a desenvolver para fixar as populações. Mas, como disse, respeita a opinião como foi aqui expressa. Portanto, nada será feito sem se envolver toda a comunidade educativa, juntas de freguesia, as populações, discutindo as melhores situações, independentemente das mesmas estarem referenciadas como sendo a solução para o problema. Termina enquadrando o seguinte (também referido pelo Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro): têm que acreditar que podem fazer melhor. Acreditam que podem fazer melhor. Para tal, estão todos os dias a trabalhar com a colaboração de todos os parceiros e interessados. Estão convictos que

podem fazer melhor com a ajuda de todos. Todos os contributos são válidos e pensa que irá resultar num trabalho melhor. Pensa que respondeu globalmente às questões que foram colocadas, mas, se houver mais alguma questão, está disponível para responder.

Presidente da Câmara:

Agradeceu a todas as partes envolvidas que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração deste documento – Carta Educativa -, assim como todos os presentes que participaram na sua discussão, duma forma correta e profícua.

Vereador Hernâni Santos:

Referiu que é com muito agrado que observa a discussão desta matéria, que é, realmente, de grande importância para o município da Lourinhã. Também no seio do Órgão Executivo houve uma discussão aberta, tendo havido opiniões francamente diferentes e, por isso, o resultado da votação ter sido diferente. Deste modo, explanaram esse resultado na declaração de voto que apresentaram. Quer ainda mencionar o seguinte: é extremamente importante que as decisões sobre a Educação sejam tomadas nos órgãos certos e que sejam claras, para que possam ser tomadas opções sobre o município da Lourinhã em corredores de influência que não tenham a ver com os órgãos próprios. É extremamente importante que, seja qual for a decisão, a mesma seja tomada e assumida pelos autarcas. Isto são matérias de uma importância estratégica enorme para o futuro do Concelho da Lourinhã e não podem dar aso a que sejam discutidas e sejam deixadas em aberto para que outros, que não os autarcas, as possam discutir. Portanto, o interesse e a motivação desta assembleia, por este documento, foi realmente enorme, e é de salientar. É assim que os órgãos autárquicos devem funcionar. Muitos parabéns a esta assembleia pela forma como se discutiu este documento.

Presidente da Assembleia:

Referiu que existem condições para se proceder à votação deste ponto, dado que já tem em seu poder a declaração de voto da Dr.ª Mafalda Taborda Lourenço, relativa ao Parecer emitido pelo Conselho Municipal de Educação no âmbito da Revisão da Carta Educativa. Deste modo, irá mandar distribuir a todos os membros cópia da respetiva Declaração de Voto e será igualmente anexada uma cópia ao maço de documentos da presente reunião. Solicitou ainda à Dr.ª Mafalda Taborda Lourenço que procedesse à assinatura da Declaração de Voto, que em baixo é se transcreve, dado que a mesma encontra-se por assinar.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

DECLARAÇÃO DE VOTO DE MAFALDA TABORDA LOURENÇO (membro do Conselho Municipal de Educação):

Declaração de voto

Parecer CARTA EDUCATIVA DA LOUR¡NHÃ

-13 de Julho 2015-

Conselheira Mafalda de Taborda Lourenço *- Presidente da Associação de Pais e Encarregados de educação do Agrupamento de Escolas e Jardins de infância D. Lourenço Vicente*

Apesar dos contributos dos pais e encarregados de educação, a versão final da carta educativa frusta em larga medida as legítimas expectativas e anseios da signatária e por certo de muitas das famílias com filhos em idade escolar.

O documento em apreço não apresenta nem de perto nem de longe UM NOVO MODELO PARA A EDUCAÇÃO no concelho, sendo evidente que perante os diagnósticos estatísticos (preocupantes) e as fragilidades e ameaças detectadas, não se procurou colmatar as oportunidades perdidas e apreender com os erros, estabelecer metas e ambições, definindo estratégias concretas e direcionando eixos de intervenção prioritários.

Em vez de orientar a expansão do sistema educativo, em vez de tomar decisões inequívocas relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque optimizando a funcionalidade da rede existente e respectiva expansão; em vez de definir prioridades e optimizar a utilização dos recursos, a versão final apresentada ***limita-se a sugerir, a "ponderar a conveniência", a equacionar "caso que" e a alvitrar retoques e remendos de forma avulsa****, construindo um refeitório aqui, reparando um pavimento ou dando umas pinturas ali. No entanto, o problema da inadequação de grande parte da rede escolar às exigências do ensino de hoje e amanhã continuará a ser uma realidade.*

A(s) política(s) educativa(s) do concelho da Lourinhã não podem apenas ser "deduzidas", ou definidas "mediante monitorização" é necessário que sejam assumidas e "construídas" com a participação dos actores locais.

A visão de futuro preconizada, claramente desarticulada: de mera cobertura geográfica integral; de "promover "desde que viável" oferta de proximidade para a educação pré-escolar e 1º ciclo, encerrando jardins de infância e escolas de 1º ciclo com baixas frequências; e de "procurar minimizar os investimentos necessários (...)" encontra-se toldada de uma miopia estratégica de consequências infelizes para a educação na Lourinhã.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

Salienta-se como inverosímil que se enuncie como objectivos estratégicos:
A criação de condições para combater:
1) o insucesso e abandono escolares- sem definir um plano/um programa ou acções específicas;
2) o isolamento e marginalização de alunos e professores e para promover o desenvolvimento integral e socialização das crianças e jovens - quando se opta por investir 6 milhões de euros numa escola na aldeia de Miragaia (cuja localização excêntrica e descentralizada às freguesias do interior continua por explicar) e se abandona por completo a construção de polos escolares anteriormente previstos e necessários e úteis aos indicados fins;
A Carta Educativa apresentada pelo executivo -erradamente em discurso directo pelos seus consultores- tem por premissas sucessivos e irreversíveis erros estratégicos, financeiramente muito onerosos para a autarquia: como os milhares de euros gastos em acessibilidades ou a necessidade anual de providenciar transportes dedicados para Miragaia, e é (salvo melhor opinião) um cheque em branco em várias vertentes, algumas delas, muito preocupantes, como por exemplo a possibilidade em aberto de junção dos dois agrupamentos.
Entendo que a carta educativa, enquanto documento orientador, e consequentemente o Município, como principal responsável pelo seu território, deveria outrossim arredar por completo tal hipótese. A manutenção dos dois agrupamentos não pode ser consignada, num documento desta importância, como uma mera sugestão de solução, conforme vem preconizada na Problemática 2 (pág.187 e sgts), mas antes como um requisito essencial à promoção de projectos educativos diferenciados e de dimensão adequada ao seu desenvolvimento. Deixar a porta aberta a outra solução é correr riscos desnecessários, e permitir que outros interesses ou conveniências, possam prejudicar os verdadeiros e únicos protagonistas e beneficiários da educação: os alunos e a suas famílias.
Entendo igualmente que a sugestão de solução preconizada para a problemática 6: ampliação das instalações da EB1 vimeiro ("caso se confirmem"..."caso que mantenha"...) não é a proposta atractiva e resposta suficientemente eficaz num contexto de concorrência com o concelho limite. Lamentando que na freguesia do Vimeiro/Santa Bárbara e também no litoral (Seixal; Praia da Areia Branca; Zambujeira), locais com maior apetência de desenvolvimento, seja abandonada por completo a criação de qualquer pólo/centro escolar adicional.
Nesta vertente de desinvestimento e contenção de custos, mal se compreende e aceita que o Município equacione gastar mais de um milhão e meio de euros numa nova JI/EB nos terrenos

contíguos à nova EB23 Miragaia, quando é por demais evidente que a mesma corre o sério risco de se transformar num elefante branco.

O investimento na educação deve servir as necessidades das populações, e não ser usado levianamente como cosmética de decisões transactas, mesmo que, sem monitorizações ou disgnósticos prévios, se tenha assegurado a expropriação dos ditos terrenos;

Por outro lado, relativamente às recomendações e programa de acções, nomeadamente 3.3.2 Eixo 2 REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR - acção 2 e 3 Concentração das EB1 e Jl, sublinhamos que estas acções não estão priorizadas nem calendarizadas e encontram-se dependentes da monitorização das evoluções demográficas e respectivas frequências.

Questionamos:

- Se o problemática de turmas agregadas está detectada, porque não agir em conformidade? O que é que vamos monitorizar? À custa de quem? Dos alunos?

-E se a monitorização (naturalmente contemporânea ao período de matrículas e final do ano lectivo) apontar obrigatoriamente para a necessidade de concretizar a tarefa 2, candidatar-se-á a Câmara aos respectivos Fundos e fará as obras em 2 meses? Ou vai ter que passar alunos para Jl e EB remediadas à pressa? O protelamento desta problemática não inviabilizará a oferta e extensão da componente de apoio à família preconizada pela CML, em clara violação do principio da igualdade?

Não seria conveniente, benéfico e cordato a alunos a famílias ***decidir, planear, organizar e executar?***

O mesmo se diz da acção 17 - Melhoria das instalações/equipamento desportivo da EB23 de Miragaia. Ora, sendo consabido e evidente que o dito pavilhão /campo de jogos "semicoberto" não permite a prática de modalidades de recintos fechados (ginástica, etc...) nada há a monitorizar!! Subsiste e subsistirá a necessidade de colmatar um erro na escolha do projecto escolhido, apresentado e construído pelo município.

É assim prioritário, em curtíssimo espaço de tempo, dotar a EB23 de Miragaia e a EB23 Afonso Rodrigues Pereira de equipamentos desportivos que permitam condições para a prática do desporto, em todas as suas valências.

Por último, não é por acaso que nenhuma referência é feita às famílias, associações culturais e desportivas, museus, biblioteca, centro de saúde ou empresas. A acção ou política educativa protagonizada pelo Município da Lourinhã no documento em análise, continua confinada aos muros escolares, desarticulada de interesses, recursos e acções da comunidade, mas sobretudo alheada de uma estratégia de desenvolvimento local, já que dispensa qualquer

protagonismo, quer nas actividades de enriquecimento curricular, quer na pilotagem local do sistema educativo, com a construção de um Projecto Educativo Local, em que as decisões fundamentais sobre a vida nos contextos da educação são tomadas no seu interior pelos seus próprios intervenientes. - Um modelo onde os pais têm um papel activo, crítico e preponderante levando as escolas a responder mais eficientemente às suas pretensões.

Entendo que o Município da Lourinhã poderia e deveria assumir a demanda e o pioneirismo inerente à construção de um modelo distinto, para o seu território e a sua população, contando que para tanto tivesse a visão, as estratégias e a capacidade de definir os eixos, calendarizar as acções e estabelecer e concretizar os programas e parcerias necessárias.

Pelo exposto, considero que a carta educativa proposta não expõe claramente as intenções e visão de futuro, e que as sugestões não investem nem promovem suficientemente a inovação, a autonomia, a qualidade e igualdade de oportunidades, e uma escola-pública orientada para o sucesso individual do aluno e para as necessidades das famílias.

Educação não é despesa! É investimento com retorno garantido! Algo que muito dificilmente as sugestões apresentadas nos trarão!

Mafalda de Taborda Lourenço"

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 34 – "CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA LOURINHÃ",** tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor, 7 votos contra e 2 votos de abstenção, num universo de 28 presenças.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PSD:

"Carta Educativa do Concelho da Lourinhã"

O Grupo Municipal do PSD saúda a revisão da Carta Educativa do Concelho da Lourinhã e respectiva discussão na Assembleia Municipal, mas sublinha o seu desacordo com o referido documento.

Assim, considerando que:

1. O documento apresentado é, em grande medida, mais um exercício de consultoria do que uma verdadeira Carta Educativa para o Concelho da Lourinhã, que afirme de forma clara e prioritária as opções e as políticas estratégicas dos decisores políticos;

2. O problema da reiterada baixa escolarização no Ensino Secundário, cerca de 30% abaixo da média nacional e da Região Oeste, persiste e não se vislumbra neste documento uma resposta concreta e adequada a esta questão, que constitui um factor de agravamento das desigualdades sociais e de oportunidades;

3. As próprias soluções apresentadas e decorrentes deste documento não são em muitos casos coerentes com o diagnóstico realizado, como são os casos da generalizada manutenção de turma agregadas no 1° Ciclo, quando este factor é apontado como um ponto fraco, quer do ponto de vista da socialização, quer do ponto de vista das condições pedagógicas;

4. O que deveria ter sido apresentado e discutido hoje em conjunto com esta Carta Educativa era o Plano Estratégico Educativo Municipal, como já está a acontecer em outros municípios, ou seja um documento capaz de responder aos pontos fracos e às ameaças do presente, mas também capaz de concretizar uma visão ambiciosa para a Educação no Município da Lourinhã, com um Projeto Educativo galvanizador e verdadeiramente potenciador da capacidade e das aspirações das crianças e jovens do nosso Concelho.

O Grupo Municipal do PSD vota contra o referido documento.

Lourinhã, 29 de Julho de 2015

Os Membros do Grupo Municipal do PSD"

PONTO II – **Proposta 35 –** Discussão e votação da proposta relativa ao "**PLANO INTERMUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES** ", que em baixo se transcreve;

" ASSUNTO: *PLANO INTERMUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES*

Considerando que no âmbito do cofinanciamento pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), foi desenhado um Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes (PIII) residentes nos concelhos de Lourinhã, Óbidos e Torres Vedras, constituindo-se como o primeiro instrumento de planeamento, de âmbito supramunicipal, em matéria de acolhimento e integração da população imigrante, com particular destaque para a população com origem em países terceiros (não UE), envolvendo os três municípios.

Considerando que este documento, para além de identificar dinâmicas socioeconómicas dos três territórios, recenseando problemas e necessidades específicas da população imigrante e identificando os recursos atualmente disponíveis, integra as dimensões estratégicas e operacionais, em função do diagnóstico, para o horizonte temporal 2015-2017.

Considerando que compete à Assembleia Municipal a sua aprovação, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

PROPONHO

Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de ***22/07/2015****, que esse Órgão Deliberativo delibere aprovar o respetivo Plano Intermunicipal para a Integração de Imigrantes (PIII), que junto se anexa à presente proposta.*

Lourinhã, 23 de julho de 2015.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)"

Após uma explanação, por parte do Sr. Vereador **Fernando Oliveira**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:

Nuno Sampaio:

Referiu que queria saudar o facto de a Câmara Municipal da Lourinhã apresentar, em conjunto com os municípios de Óbidos e Torres Vedras, este Plano Intermunicipal para a integração dos Imigrantes. Por feliz coincidência, tiveram antes a discussão da Carta Educativa que lhes permitiu analisar a realidade e as perspetivas demográficas para o Concelho da Lourinhã. E, de facto, a política de migrações, quer das imigrações, quer das emigrações, já estão no topo da agenda de Portugal e de todos os países da Europa, pelo que têm que estar também, evidentemente, no topo da agenda das políticas locais. Hoje de manhã ouviu na rádio que cerca de 2000 imigrantes tentaram atravessar o canal da Mancha, pelo túnel da Mancha, para chegarem à Inglaterra. Há cerca de 2 meses o Jornal "El País" tinha na capa uma fotografia que considera das mais impressionantes, mais concretamente, um recém-nascido, salvo erro, na fronteira de Ceuta, dentro de uma mala para passar a fronteira. Evidentemente, que estão todos cientes desta realidade, pois as imagens são exibidas na televisão. Na Síria há mais de 4 milhões de deslocados, trata-se de perspetivas conservadoras duma população total com pouco mais de 20 milhões de habitantes. Neste momento, mais de 4 milhões de pessoas estão deslocadas na Síria e algumas perspetivas pensam que pode chegar a 7 milhões. O que isto tem a ver com a Lourinhã e com o município da Lourinhã? Algumas coisas poder-lhes-ão parecer distantes, outras parecem que não estão ao alcance, mas, de facto, uma política integrada de imigração vai ser bastante importante. Vai ser bastante importante, em primeiro lugar, para a própria dinâmica local do município. Seria muito, muito interessante que, aproveitando este Plano Intermunicipal, a Lourinhã pudesse estar na vanguarda das políticas ativas de captação de imigrantes. É importante para quem procura melhores condições de vida na Europa. Muitas vezes ouvem falar tanto da Europa como estando em mau estado e depois ficam impressionados porque, às vezes, falta-lhes o termo de comparação com os milhões e milhões de pessoas que ambicionam chegar à Europa. Também, enquanto comunidade local, como viram há pouco, o saldo natural demográfico, sem contar com as migrações, é neste

momento negativo. As perspetivas mais otimistas (cenário da Carta Educativa e doutros que possam fazer) só são contando com os imigrantes e a Lourinhã tem boa capacidade de acolhimento. Aliás, em geral, em Portugal o tema da imigração em termos negativos, de manifestações de xenofobia, etc, etc, não tem tido a mesma dimensão do que noutros países. Não sabem o que virá no futuro, mas a Lourinhã pode e deve possuir até, para ter a tal dinâmica demográfica que pretende, uma política ativa de imigrantes. Pensa que têm essa responsabilidade social por aqueles que procuram o continente europeu. Mas também têm um interesse próprio saudável em conseguir captar. Não só no aspeto social, também no aspeto económico, não só daqueles que são mais desfavorecidos, mas também daqueles que são mais capacitados. Portanto, podem pensar nalguns nichos de população que podem tentar atrair com alguns projetos locais. Podem pensar na questão da 2.ª residência e dos imigrantes que já não estão a trabalhar e que muitas vezes procuram qualidade de vida em Portugal. Têm este fenómeno agora por questões tributárias, mais concretamente, a França ter passado a ser dos países em que mais pessoas procuram Portugal como destino de 2.ª residência e até de residência permanente para efeitos fiscais. Portanto, há todo um conjunto que vai desde a parte humanitária, desde da parte social, mas também de dinamização económica. A atração de talentos sobre todas estas dimensões diferentes, mas todas elas complementares, onde lhes é recomendado que as políticas de imigração estejam no topo, como prioridade na agenda do município. Pode-lhes parecer às vezes um pouco distantes, pode parecer como é que Portugal, uma país que acaba por atravessar uma crise económica, em que tantos também têm que emigrar. Mas é assim: a realidade hoje é muito, muito complexa. Sabe que este é um tema polémico, tem sido ao longo dos anos, mas também diria, em relação aos emigrantes, não apenas aos imigrantes, mas em relação aos emigrantes, que também aí pode haver políticas de captação e de acolher novamente aqueles que partem. Até porque, apesar de não ser um especialista, é uma perceção que tem. Quando alguém tinha que passar a salto e a esforço tantas vezes, com tantas dificuldades, e ir para França, para o Canadá, etc, como aconteceu nas décadas de 50, 60, 70, etc, fizeram-no muitas vezes a título definitivo ou com muita dificuldade de vir passar as férias, etc. Ora, hoje a emigração de Portugal tem perfis diferentes. Tem muitas pessoas com dificuldades, muitas pessoas que não sabem o que vão encontrar, muitas pessoas que têm dificuldade de voltar a Portugal, mas também têm pessoas que vão e vêm com muita facilidade. Existem pessoas cuja realidade das viagens de avião l*ow cost* hoje não é a mesma do que aquela com que se confrontam os imigrantes subsarianos ou de quem vem do leste da Europa. É importante também pensar que alguma das emigrações

que tiveram nestes últimos anos, pode ser emigração de curta duração. Se calhar algumas dessas pessoas foram ganhar experiência, capacidades, aprender outras coisas. Certamente, muitos não gostaram de estar longe do seu País e continuam a não gostar. Mas também aí a Lourinhã, e se calhar faz sentido esta escala intermunicipal e regional, também deve ter políticas ativas para tentar, de certa forma, que esses emigrantes quando regressarem a Portugal também possam escolher o Concelho da Lourinhã. Saúda e faz votos de bom trabalho para este projeto que lhe parece de grande, grande importância.

José Tomé:

Referiu que, em relação a esta matéria, quer saudar o município da Lourinhã. Também quer dizer a alguns (que de forma quase sistemática acham que o município tem andado sempre atrás de qualquer coisa) que este concelho foi um dos primeiros a ter um balcão de atendimento para emigração do oeste. Portanto, apraz-lhes registar que o documento agora concretizado, entre 3 municípios, é um bom exemplo dado ao Oeste. É demonstrativo que é possível congregar esforços em 3 municípios e, na sua opinião, é uma boa base para que, em sede de OesteCIM, o Sr. Presente da Câmara lance o repto aos demais parceiros para se juntarem, pois é uma marca que o Oeste também deve ter neste contexto de acolhimento de imigração, assim como uma preocupação sistemática que têm que ter por tudo aquilo que o membro Nuno Sampaio já referiu. Portanto, fica, de facto, o concelho da Lourinhã com este avanço, relativamente a muitos outros e que agora consegue juntar mais 2 municípios. Acha que era bom que outros do Oeste conseguissem vir a agrupar-se também.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 35 – "PLANO INTERMUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES",** tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor, num universo de 28 presenças.

PONTO III – **Proposta 36 –** Discussão e votação da proposta relativa à "**ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À PARTILHA DE POUPANÇAS LIQUIDA ENTRE O MUNICÍPIO DA LOURINHÃ E O FEE – "OESTELED IP",** que em baixo se transcreve:

*"**ASSUNTO**: ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À PARTILHA DE POUPANÇAS LIQUIDA ENTRE O MUNICÍPIO DA LOURINHÃ E O FEE – "OESTELED IP"*

Considerando que a OesteCIM apresentou uma candidatura para um projeto designado por "OesteLed IP", tendo como objetivo a substituição da iluminação pública que atualmente existe por LED´s;

Considerando que a respetiva candidatura (n.º de operação POVT-12-0765-FCOES-000033 – "OesteLed IP") foi aprovada pelo POVT em 19.06.2015,

Considerando que a aludida candidatura foi desenvolvida ao abrigo do Regulamento Especifico "Energias Renováveis e Eficiência Energética", cuja redação foi dada pela CMC POVT de 11 de novembro de 2014;

Considerando que o FEE solicitou à DGAL esclarecimentos sobre o número de compromisso, após a aprovação da candidatura, nos termos do n.º 3 do art.º 5 da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro (LCPA), tendo, após os respetivos esclarecimentos da DGAL, a OesteCIM comunicado qual o procedimento a adotar pelos municípios no que concerne à celebração do Contrato de Partilha de Poupanças Liquidas com o FEE;

Neste termos,

Anexa-se a Minuta do Contrato de Partilha de Poupanças Liquidas que se pretende celebrar entre o Município da Lourinhã e o FEE, no âmbito do projeto OEsteLED IP, prevendo-se o pagamento mensal de 6.110,73 €, durante 81 meses, totalizando 494.969,09 €, que corresponde a 50,26% do apoio financeiro concedido, cujos pagamentos serão aplicados de acordo com a respetiva ficha do compromisso nº 21492 (em anexo);

Pelo que, proponho:

*Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, por maioria[1)], em sua reunião Ordinária de **22/07/2015**, que esse Órgão Deliberativo delibere autorizar a assunção do compromisso plurianual em causa, tendo em vista desenvolver o respetivo procedimento de contratação, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12 de 21 de Fevereiro (LCPA), conjugado com a com alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

Lourinhã, 23 de julho de 2015.

O Presidente da Câmara

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

1) Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira abstiveram-se, tendo apresentado Declaração de Voto."

DECLARAÇÃO DE VOTO:

"PONTO 13 – OESTE LED/FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Antunes e Vanda Oliveira, eleitos pela Coligação Mais Lourinhã – PPD/PSD,CDS-PP, abstiveram-se em relação à alínea b) do ponto 13 da ordem de trabalhos, apenas e somente por a minuta do contrato apresentada estar ainda sujeita a correcções e futuras alterações resultantes da candidatura que o município integra através da Oeste Sustentável.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

Lourinhã. 22 de Julho de 2015

Hernâni Santos António Augusto Antunes Vanda Oliveira"

Após uma explanação, por parte do Sr.º **Presidente da Câmara** sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

Filomena Frade:

Referiu que, efetivamente, parece que têm novo OesteLed. Perdoem-lhe a comparação, mas isto já parece um projeto "*pisca-pisca, têm OesteLed, não têm OesteLed"* e, desde abril, que vai e vem à Assembleia Municipal. Efetivamente, em abril, na última assembleia municipal, foi aqui aprovado uma alteração às GOP exatamente de redução do valor dos 154.000,00 € por não haver OesteLed. A conclusão a que chega é que se passou de um projeto que era financiado em 85% a fundo perdido e, portanto, o valor que estava previsto era de 154.000,00 €, que seria a comparticipação do valor municipal. Isto é, este projeto teria este custo para o município. Mas, passaram de 154.000,00 € para, praticamente, meio milhão de euros, porque passou a ser na prática um empréstimo reembolsável sem juros. O que pergunta é: vale a pena, mesmo com este valor, com este investimento de meio milhão de euros? Vale a pena investir? A rentabilidade é realmente efetiva e segura para este investimento? Por outro lado, qual o valor que é gasto em iluminação pública por ano no Concelho? Tentou chegar a este valor, quer pelo orçamento, quer pelo relatório de contas mas não conseguiu. Pensa que estará incluído em aquisição de serviços. Portanto, não consegue chegar ao valor do custo de iluminação pública para comparar com este investimento. Nunca será uma comparação direta mas seria para se ter uma ordem de grandeza. Qual é a poupança prevista para o Concelho? Nos documentos que foram apresentados os valores realmente referem-se à região, são de âmbito regional. Também é indicado que os detalhes por concelho estão em fichas anexas. Mas as mesmas não lhes foram facultadas ou não fazem parte desta documentação. Portanto, em termos concelhios, qual é valor que está previsto de poupança? E, aquela que lhe parece que é a questão mais pertinente deste problema é: há realmente capacidade de execução até ao final do ano? Porque estão a falar de, tirando o mês de férias, praticamente 4 meses para abrir concurso público internacional - aquisição de equipamento, instalação, e não tem a certeza se ainda será necessário fazer a identificação dos locais a substituir ou se esse trabalho já foi feito. Portanto, há de novo aqui o projeto na mesa, ele está aprovado, mas, se calhar, a possibilidade de concretização é muito reduzida.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

Presidente da Câmara:

Referiu que, obviamente, há garantia por parte do fornecedor da energia, a EDP, manifestadas, também, junto ao POVT. Portanto, têm que encerrar a candidatura, fechar as contas, até 31.12.2015. Há garantia, por parte da EDP, perante a presença também do Senhor Ministro Jorge Moreira da Silva. O referido Ministro esteve na respetiva reunião onde esta questão foi discutida. Portanto, a EDP irá colocar várias equipas a trabalhar em vários concelhos. No entanto, como não conseguem os 50% vão reduzir para 36%. É a capacidade máxima que a EDP tem para fazer o concurso público, tendo em vista a aquisição das lâmpadas e a sua instalação. Todas as câmaras já têm as lâmpadas referenciadas, mais concretamente, o tipo, a potência e a localização. Têm no concelho cerca de 8 mil luminárias. Sabem a devida localização das mesmas. Sabem que 100 são de vapor de mercúrio e a restantes são de vapor de sódio. Portanto, vão substituir as de vapor de mercúrio por lâmpadas mais potentes. Em termos de rentabilidade, não tem quaisquer dúvidas, face ao estudo que foi apresentado, a fórmula e o modelo que a Oeste Sustentável apresentou. Este dinheiro que vão pagar, relativo à eficiência energética, têm a garantia dada pelo Sr. Ministro do Ambiente e pela EDP que será devolvido à região e que depois voltará a ser aplicado na região. Obviamente, que a comunidade exige a respetiva devolução. É uma estratégia de produtividade e de melhoramento em que os sistemas terão que ser autossustentáveis. A nível de consumos, tiveram em 2014: 648.723.99 € gastos em iluminação pública. No primeiro e no segundo trimestre até agora já têm um consumo de 356.857,35 €. É óbvio, que têm um contrato com a EDP, e faltam 6 anos para terminar. Aqui a OesteCIm irá ter um papel fundamental na renegociação destes fatores que são extremamente importantes. No entanto, neste próximo quadro comunitário, querem, não só fazer os 36% que estão indicados nesta 1.ª fase, como querem ir mais além, no âmbito do Portugal 2020, pois constitui uma poupança energética bastante grande. As contas que fizeram, que não estão ainda encerradas, perspetiva-se cerca de 70% da poupança, relativamente aos custos energéticos, no que concerne à iluminação pública. Referiu ainda que em relação à verba, não se retirou a verba total aquando da revisão orçamental, deixando-se, assim, a rúbrica aberta. Assim sendo, basta regularizar esta situação com uma mera modificação orçamental, não existindo a necessidade de vir à Assembleia.

José Soeiro:

Referiu que só queria chamar a atenção que a garantia do Senhor Ministro Jorge Moreira da Silva para dezembro pode não ser válida. Pois, com certeza, já não estará cá. O que lhe

interessa e o que, efetivamente, lhe interessou foi saber o interesse para o concelho e para o desenvolvimento do concelho, porque já se sabe que esta coisa dos Ministros é uma coisa complicada.

Presidente da Câmara:

Referiu que, independentemente do Ministro ser o mesmo ou não, o Ministério irá, decerto, qualquer que seja o Governo, respeitar os compromissos assumidos.

Filomena Frade:

Referiu que queria só confirmar uma situação. Portanto, a questão destes valores que estão apresentados na minuta do contrato já se referem a 36% do investimento ou ainda se referem aos 50%, como é falado nos documentos? Ficou com a ideia, face ao que aqui está, que o valor apresentado de 494.000,00 €, o valor total dos 73.000,00 €/ano, corresponde aos 50% do investimento.

Presidente da Câmara:

Referiu que ainda não têm o valor completamente aferido. Portanto, a perspetiva que têm são estes os valores, face aos documentos que receberam da OesteCim, No entanto, hoje ainda recebeu um email da Oeste Sustentável e no mesmo é referido que pode haver pequenas alterações. Estão a fazer correções de acordo com a proposta que apresentaram. Não queria levantar essa questão agora, porque os elementos que têm na sua posse são estes e foram estes que foram facultados. Mas espera que não haja alteração aos valores que foram apresentados aqui.

Filomena Frade:

Referiu que sendo assim deveria haver alteração, porque se estão a falar de uma comparticipação de um valor menor, deveria haver, realmente, redução deste valor, porque o que estará a ser apresentado será pelo máximo.

Presidente da Câmara:

Referiu que este valor é o que têm que devolver. Está em questão agora este contrato de assunção de compromissos. Aquilo que falaram no investimento, tudo isto, pode ser variável, mas este compromisso da proposta n.º 36 é aquilo que vão apresentar, é os valores que tem neste momento e são oficiais.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta 36 – "ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À PARTILHA DE POUPANÇAS LIQUIDA ENTRE O MUNICÍPIO DA LOURINHÃ E O FEE – "OESTELED IP",** tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor e 9 votos de abstenção, num universo de 28 presenças.

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, solicitou o voto de confiança, para aprovar a presente ata em minuta. Tendo sido concedido.

Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente ata.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a reunião quando eram 01,20 horas. Lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** e por nós que a subscrevemos.

_____(Presidente da Assembleia Municipal*)* -----

_____(1º Secretário) ----------

_____(2º Secretário) ---------- ----

ATA 04/2015
Reunião Extraordinária de 29 de julho de 2015